ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTA DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DAS PESCAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, PARA O PERÍODO DE 2025-2030

DEZEMBRO DE 2025

INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 2 de dezembro de 2025, na delegação desta Assembleia Legislativa, na ilha de São Miguel, e ainda com recurso a meios telemáticos, e da agenda da reunião constava a pronúncia sobre a proposta do Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025-2030, apresentada pelo Governo Regional dos Açores (E/2062/2025).

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Ao abrigo da alínea g) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, as comissões têm a competência, em geral, de pronunciar-se sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação.

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2024/A, de 24 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho, que estrutura o Parque Marinho dos Açores, a proposta do Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025-2030, é precedida de pronúncia da comissão especializada permanente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com competência em razão da matéria.

As matérias no âmbito das *Pescas* são competência desta Comissão, nos termos do artigo 5.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril.

CAPÍTULO II

APRECIAÇÃO

A proposta do Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025-2030, resulta do propósito do Governo Regional de "desenvolver um trabalho que potencie este setor, criando as condições necessárias à valorização profissional dos recursos humanos ativos e do seu rendimento".

CAPÍTULO III

ANÁLISE E DILIGÊNCIAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 18 de junho de 2025, esta deliberou ouvir, presencialmente e com recursos a meios telemáticos, o Secretário Regional do Mar e das Pescas, a Federação das Pescas dos Açores, a APASA - Associação de Pescadores de Atum e Similares dos Açores, o Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores e a Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores.

Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos à Associação dos Pescadores do Corvo, à APAIF - Associação dos Pescadores e Armadores da Ilha das Flores, à APEDA - Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores, à AAPAP - Associação de Armadores de Pesca Artesanal do Pico, à AAP - Associação de Apanhadores do Pico, à APISJ - Associação de Pescadores da Ilha de São Jorge, à APAS - Associação de Produtores de Amêijoa da Fajã de Santo Cristo, à APG - Associação de Pescadores Graciosenses, à ATA - Associação Terceirense de Armadores, à APAAA - Associação Praiense e Angrense de Armadores e Apanhadores, à AMPAIT - Associação Marítima de Pescas e Aquicultura da Ilha Terceira, à Associação de Pescadores da Ilha de Santa Maria, à Associação de Pesca de Rabo de Peixe, à Porto de Abrigo, OP de Pesca, CRL, à Rede de Mulheres da Pesca, à Associação Açoriana de Pesca Desportiva, à Associação Sete Mares dos Açores, à Bom Porto - Associação de Pescadores de Lagoa, à Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores, à ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável e à Pão do Mar - Associação de Conserveiros de Peixe dos Açores.

De referir que, a APAS e a ZERO emitiram parecer, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele faz parte integrante.

Da Audição da Federação das Pescas dos Açores, ocorrida a 2 de setembro de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/3531307d-11fd-4907-867c-48247e00cd38

Na qualidade de Presidente da Federação das Pescas dos Açores, o Sr. Jorge Gonçalves inicia a sua intervenção inicial referindo que "o setor das pescas é dos setores mais relevantes para a economia e identidade açoriana, envolvendo milhares de profissionais diretamente e indiretamente, contribuindo para a coesão das comunidades costeiras das várias ilhas do arquipélago. Cada vez mais, o setor das pesca enfrenta complexos e inúmeros desafios, tais como a diminuição de quotas de espécies comerciais importantes (ex: goraz, beryx e atum), surgimento de espécies invasoras (algas com a Rugulopteryx okamurae, que têm impactos negativos

relativamente à fauna e flora da Região), as alterações climáticas (impactos na migração e bem-estar das espécies, exemplo da alteração de rotas de migração dos tunídeos e o aparecimento do vírus patogênico, no caso da espécie Mero), o envelhecimento dos pescadores ativos e dificuldade em atrair jovens para a profissão, a implementação de novas regras europeias que reforça a necessidade de controlo rigoroso, digitalização da frota e valorização ambiental, poluição marinha, entre outros.

Ao longo dos últimos anos, o setor das pescas tem vindo a alertar e a solicitar ao Governo Regional a necessidade urgente de uma reestruturação, inclusive a renovação da frota, a modernização do setor, a redução do número de licenças de pesca, o abate de artes e embarcações para aqueles que pretendam abandonar a atividade, a justa compensação dos armadores por esses abates, bem como o reforço da literacia dos profissionais da pesca, promoção de atividades complementares, entre outras medidas consideradas essenciais. Mas, para tal, o setor solicitou inúmeras vezes a necessidade de realizar um estudo de impacto socioeconômico. É motivo de preocupação que um Plano de Reestruturação para o Sector não assente num estudo socioeconómico atualizado, sendo que o último de que temos conhecimento remonta a 2003, realizado pela empresa Megapesca. Contudo, foi anunciado a 22 de julho deste ano (há um mês e pouco), que a Universidade dos Açores irá realizar esse estudo.

A implementação de 30% de Áreas Marinhas Protegidas e as novas metas ambientais impõem novas limitações e exigem uma rápida adaptação do setor, pelo que o processo de reestruturação deveria ter sido regulamentado antes mesmo da definição das áreas marinhas protegidas, uma vez que estas abrangem algumas das principais zonas de pesca, o que inevitavelmente acarreta perda de rendimento e maior pressão sobre as áreas não protegidas. A Federação das Pescas dos Açores tem vindo a alertar para estas consequências desde o início das reuniões no âmbito do processo participativo do programa Blue Azores."

O Presidente da Federação das Pescas dos Açores aponta ainda algumas questões a analisar, nomeadamente a quais as verbas efetivamente disponíveis para a implementação das medidas e ações previstas no plano de reestruturação do setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, se o orçamento para o plano de reestruturação da frota é o mesmo que será utilizado para compensar os pescadores por perdas de rendimento relativamente à implementação das AMPS, se o plano só será executado até 2030, se o mesmo é viável e como serão implementadas todas as medidas num curto período de tempo.

Aponta ainda como questão se o plano propõe avaliar adequadamente impactos económicos,

sociais e ambientais, se o plano prevê apoio social para pescadores afetados (reconversão profissional e compensações), se o plano propõe a preparação do setor para uma transição tão rápida e profunda, se o plano propõe a modernização da frota (capacidade de investimento para as exigências propostas), inovação tecnológica e formação profissional e ainda se o plano propõe a intensificação do controle e fiscalização.

De seguida, destaca a discrepância daquela que é análise da Federação das Pescas dos Açores entre aqueles que são os pontos positivos e negativos do presente Plano. Relativamente aos pontos positivos, destaca a clareza nos objetivos e alinhamento com as políticas europeias e o incentivo à sustentabilidade ambiental.

Quando aos pontos negativos, o Sr. Jorge Gonçalves destaca a falta de metas claras e indicadores de desempenho, a dependência excessiva de subsídios sem criar alternativas económicas sustentáveis, a falta de participação das comunidades piscatórias na elaboração do plano, a inclusão de inovação e modernização tecnológica, o apoio social aos trabalhadores afetados (agravamento de situações de vulnerabilidade social, sobretudo entre profissionais que dependem exclusivamente da pesca), a limitação de investimento (a modernização da frota e adoção de novas tecnologias exigem investimentos elevados, nem sempre acessíveis a todos os operadores do setor e nem sempre apoiado a 100%, ou mesmo algumas características/equipamentos não são legíveis a apoio, o tempo de resposta dos stocks (os efeitos das medidas de gestão não são imediatos, exigindo paciência e podendo gerar incerteza quanto ao retorno futuro dos recursos e das quotas), os desafios na gestão adaptativa (a implementação de planos e estratégias de proteção ambiental depende de modelos adaptativos que ainda se encontram em evolução, podendo enfrentar resistência ou dificuldades técnicas) e a ausência de medidas concretas de modernização ou de reorganização da empresa da LOTAÇOR.

Terminada a intervenção inicial, o Presidente da Comissão de Economia abriu as inscrições para a primeira ronda de questões, tomando a palavra o Deputado João Paulo Sousa (CH). O Deputado do Partido Chega questiona o Sr. Jorge Gonçalves como é que a Federação de Pescas dos Açores defende que seriam as compensações justas, o que é que seriam compensações suficientes e atempadas, a fim de evitar o empobrecimento imediato das famílias dependentes da pesca, sobretudo em ilhas mais dependentes da pesca e sem alternativas viáveis.

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves defende que terá de ser feito o estudo socioeconómico a fim de ser possível avaliar como é que será o plano de reestruturação. Afirma que neste momento o que sabem é que estão disponíveis 10,5 milhões de euros, facultados por várias instituições

nomeadamente a Ocean Azul e a Waitt Foundation, que estão dirigidos para a implementação da RAMPA, Assim, afirma que ainda não estão definidos quais os montantes que estão definidos para aquele que será o plano de reestruturação.

O Presidente da Federação de Pescas dos Açores faz ainda reparo para a dificuldade em se conseguir abater os barcos uma vez que a legislação comunitária não o permite, sendo para isso necessário fazer uma avaliação muito criteriosa. Neste sentido, ressalva que existem duas ilhas em que talvez exista a necessidade de abater frota, algo que não acontece em outras ilhas uma vez que a dimensão da frota das restantes ilhas está muito bem concebida para aquelas que são as capacidades de esforço feitas por essas mesmas ilhas. Ainda relativamente ao abate de frota, refere que apenas é possível proceder ao mesmo quando se regista frota em desequilíbrio, algo que não acontece na Região Autónoma dos Açores.

Conclui a sua resposta referindo que as ilhas mais pequenas parecem ter uma frota bem concebida para aquelas que são as exigências das ilhas mais pequenas.

Na réplica, o Deputado João Paulo Sousa refere que os 10,5 milhões de euros referidos pelo Sr. Jorge Gonçalves equivalem a mais ou menos um terço do valor produzido por ano na pesca nos Açores, como também corresponde a um terço do mar dos Açores que será traduzido na Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA), o que reduz a áreas disponível para a atividade da pesca. Neste sentido, o Deputado do Partido Chega questiona se o Sr. Jorge Gonçalves acha que as medidas previstas vão segurar que essa restrição não provoque uma concentração de pressão pesqueira em zonas mais pequenas e se as mesmas não irão acelerar o colapso dos stocks, agravando as desigualdades já existentes. Solicita ainda que o Sr. Jorge Gonçalves explique melhor a questão da frota em desequilíbrio.

Em contrarréplica, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores começa por referir que a questão relacionada com o esforço de pesca é muito pertinente, reiterando que a Federação das Pescas dos Açores é a favor das áreas marinhas protegidas, mas que as mesmas "são um meio para atingir um objetivo" e que existiam outras formas de reduzir o esforço de pesca a fim de atingir os objetivos que são pretendidos.

Ressalva também que as áreas que serão fechadas são áreas importantes à pesca irão delapidar todas as outras áreas uma vez que são áreas que todo a frota se irá concentrar e o esforço será tremendo. Neste sentido, reitera que não se irá estar a resolver um problema, mas sim a transferir um problema de um lado para outro, acabando por o agravar através do aumento do esforço de

pesca.

Relativamente à frota em desequilíbrio, o Sr. Jorge Gonçalves esclarece que é quando fica provado que um recurso não é suficiente para fazer face às despesas que a frota tem sobre aquela espécie em causa, dando o exemplo do espadarte onde a quantidade de quota disponível para essa espécie não é suficiente para que a frota seja sustentável. Neste sentido, esclarece ainda que quando é algo verificado pela União Europeia e pelo Estado Português, a União Europeia disponibiliza verbas para quando se procede ao abate de frota, sendo este um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Federação das Pescas dos Açores.

De seguida, toma a palavra o Deputado António Lima (BE) começando por referir que deste plano faz falta um diagnóstico aprofundado e com estudos de base da situação atual do setor das pescas, quer relativamente à frota, quer relativamente aos trabalhadores do setor e quer relativamente aos recursos. Neste sentido, defende que este diagnóstico era essencial para desenhar as medidas necessárias para o setor das pescas, afirmando ainda que as medidas que estão presentes no plano carecem de metas, de calendarização e não são mais do que um conjunto de intenções que ficam bem nos programas eleitorais.

Assim, o Deputado António Lima questiona quais as medidas que poderiam constar deste plano e se o Sr. Jorge Gonçalves considera que as medidas dão resposta às preocupações do setor, sobretudo no contexto das áreas marinhas protegidas. Por último, questiona ainda se a Federação das Pescas dos Açores acha possível desenhar medidas sem se conhecer qual é o objetivo, por exemplo, da redução do esforço de pesca e em que áreas, espécies e segmentos de frotas é que o mesmo é necessário.

Em resposta às questões apresentadas, o Sr. Jorge Gonçalves refere que o Governo Regional encomendou uma avaliação à Universidade dos Açores para fazer o levantamento do impacto social da reestruturação do setor das pescas, adiantando que acha que o estudo já foi feito, mas que a Federação das Pescas dos Açores ainda não teve acesso ao mesmo (realizado pelo Ex-Secretário Regional, Gui Meneses e por Filipe Porteiro).

Destaca ainda o papel do Centro de Estudos da Universidade do Algarve, onde está a ser estudado qual é que irá ser o impacto económico que trará para as vidas dos próprios pescadores.

Continua a sua intervenção fazendo notar que nem toda a frota regional será compensada com apoios, mas sim aquela frota que conseguir provar que pescou naquelas áreas. Adianta ainda que

existe a possibilidade de algumas embarcações de manifestassem interesse em operar nessas áreas, algo que complica muito mais a situação.

O Presidente da Federação das Pescas dos Açores defende que em primeiro lugar deveria ser implementado o estudo da avaliação dos impactos que isto tem e depois então iniciar-se paulatinamente a desenvolver este trabalho. Defende que sem toda esta informação que não está conexa, implica muito aquilo que é a decisão de qualquer parte do setor. Assim, apresenta uma questão: "Estas áreas marinhas vão estar fechadas durante quantos anos? É por toda a vida? É por só cinco anos? É até só 2030?". Neste sentido, defende que haja um esclarecimento sobre esta situação, relembrando que em muitas outras situações, estes tipos de medidas são implementados para toda a vida.

Continua a sua resposta defendendo que os dez milhões de euros são um valor irrisório considerando a frota existente na Região Autónoma dos Açores e as necessidades associadas, relembrando que este valor está destinado apenas para a implementação e a organização da RAMPA.

O Sr. Jorge Gonçalves refere ainda uma outra questão relacionada com o esforço de pesca, nomeadamente que existe na região duas embarcações que fazem o esforço de pesca muito grande e que têm um impacto muito grande quando vêm descarregar sobre os recursos. Neste sentido, esclarece que os armadores dessas embarcações queriam abater essas mesmas embarcações, porém relembra o facto de a União Europeia não dar dinheiro para esse fim e que seria algo que teria de vir do Fundo Ambiental. Assim, reitera que seria um investimento e não um custo para a Região uma vez que os custos que os armadores estão a solicitar à Região para a retirada destas embarcações seria um investimento que teria o seu retrocesso em dois ou três anos, levando ainda a uma recuperação dos recursos e um aumento das vantagens a isso associadas.

Na réplica, o Deputado António Lima questiona se a Federação das Pescas dos Açores foi envolvida de alguma forma na avaliação da renovação da frota, que frota é que seria necessária reduzir, que esforço de pesca é que seria necessário reduzir ou que alterações é que deveriam existir.

Na contrarréplica, o Sr. Jorge Gonçalves começa por referir que a Federação das Pescas participou em todas as reuniões que foram promovidas pelo Governo Regional sobre esta matéria e também com a participação da Blue Azores. Afirma ainda que a Federação das Pescas dos Açores participou sempre com o objetivo de ser contributiva com algo que pudesse ser fundamental para a tomada

de decisão.

Relativamente à questão de qual a frota e quais as espécies, admite que a Federação das Pescas dos Açores ainda não teve qualquer tipo de negociação ou de reunião sobre este tema uma vez que se trata de temas que ainda não foram discutidos. Neste sentido, afirma que a Federação das Pescas dos Açores não considera que seja necessário tomar medidas iguais para todas as ilhas uma vez que todas as ilhas são diferentes, todas as frotas são diferentes e onde os procedimentos de trabalho também são diferentes em cada uma das ilhas.

O Presidente da Federação das Pescas dos Açores refere também que considera ser importante fazer um pacto de regime para as pescas, algo que traria muito a ganhar para todo o setor e que não pode ser decidido em função de eleições e campanhas eleitorais.

Por fim, conclui que o setor das pescas não pode ser gerido desta forma e que é necessário tomar medidas por todos e que as mesmas têm de ser respeitadas a médio e longo prazo. Reitera também que é importante que sejam tomadas medidas que promovam a reorientação dos pescadores para obtenção de rendimentos complementares, medidas relacionadas com a formação e com a valorização do produto da região na própria Região e fora da Região.

De seguida, toma da palavra o Deputado Gualberto Rita (PS) referindo que este plano se trata de um plano que foi feito de forma apressada e que não vai ao encontro de responder às necessidades daquilo que o setor coloca.

O Deputado Socialista refere a importância da Federação das Pescas neste diálogo e questiona se o mesmo diálogo aconteceu com outras entidades uma vez que houve várias questões que foram colocadas, mas que não se refletem neste plano de reestruturação.

Neste sentido, questiona se o Presidente da Federação das Pescas dos Açores considera aceitável que um plano com tanto impacto na vida dos pescadores não tenha qualquer regulamentação definida nem garantias de financiamento para todas as questões que o Sr. Presidente da Federação das Pescas dos Açores colocou.

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves refere que a Federação das Pescas dos Açores vê com alguma preocupação a forma de como é que será o entendimento sobre aqueles que serão os valores de compensação a aplicar, aproveitando para relembrar a necessidade urgente de já se ter começado a trabalhar no plano de reestruturação, algo que já deveria ter sido feito há mais anos.

O Presidente da Federação das Pescas dos Açores refere que as áreas marinhas protegidas irão, em princípio, entrar em vigor no final do mês de setembro, ficando dependente da avaliação na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da proposta apresentada pelo Partido Socialista, reiterando o curto período de tempo pela frente.

Relativamente ao que foi proposto e no que concerne aos noventa dias para a apresentação e feitura do presente plano de reestruturação, admite que foi um prazo muito curto e admite que o processo deve ser bem feito.

Aponta ainda a possibilidade de se proceder ao abate das embarcações do atum construídas em madeira, uma vez que há necessidade de abater estas embarcações, dado que as mesmas não oferecem segurança, estão desatualizadas, têm custos de manutenção enormíssimos, podendo este abate ser incluído naquele que é o plano de reestruturação. Neste sentido, reitera que os dez milhões de euros destinados para este fim não são suficientes, sendo por isso delinear a estratégia que se pretende fazer e o que se pretende fazer na Região Autónoma dos Açores.

Por fim, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores relembra que é necessário tempo, que a Federação apenas dispõe de duas funcionárias e que é ainda necessário economistas com formação na matéria com o objetivo de fazer um trabalho condigno para o setor.

Defende também que há necessidade de haver calendarização relativa à implementação das medidas de ação e falta de metas claras indicadoras do desempenho. Acrescenta ainda que este plano tem de ter muito impacto naquilo que é a formação do setor e a formação dos jovens para a pesca dado que o setor está a ficar muito envelhecido.

Na réplica, o Deputado Gualberto Rita relembra que o assunto das áreas marinhas protegidas já foi discutido há cerca de cinco anos, afirmando que o que aconteceu foi "começar a casa pelo telhado", dado que foi esquecido que para haver um plano de reestruturação seria necessário um estudo sério do impacto socioeconómico. Neste sentido, afirma que não faltou tempo, mas sim planeamento e mais seriedade ao Governo Regional dos Açores.

Na contrarréplica, o Sr. Jorge Gonçalves afirma que são temas complexos e que por vezes não é fácil reunir para debater todos este assunto, admitindo que de facto de começou a casa pelo teto, desconhecendo como é que se poderá ultrapassar esta situação, relembrando que pretende que estejam todos reunidos de boas intenções uma vez que o setor necessita que as medidas sejam claras e que entrem rapidamente em vigor. Neste sentido, refere que trará riscos relacionados

com a comercialização e a transformação, aumentando a importação de pescado e o esforço de pesca em demasia na Região desnecessariamente. Assim, conclui que é importante conjugar esforços com o objetivo de se conseguir resolver a situação e que todo o processo poderia ter sido completamente diferente.

De seguida, toma da palavra o Deputado Paulo Gomes (PSD), começando por elogiar a intervenção inicial do Sr. Jorge Gonçalves uma vez que foram apresentados pontos fortes e pontos fracos naquilo que é a perspetiva do mesmo, realçando a importância de não se abordar apenas as coisas negativas aquando da análise de um documento importante.

Relativamente ao pacto regime para as pescas, afirma que não poderia estar mais de acordo, realçando o aproveitamento muito grande para tentar condicionar e prejudicar as eleições autárquicas na ilha Terceira, afirmando-o sem qualquer tipo de receio e sem qualquer tipo de problema porque tem provas do que está a afirmar.

No seguimento da sua intervenção, o Deputado Paulo Gomes questiona qual a opinião do Sr. Jorge Gonçalves em relação aos abates, nomeadamente se existe alguma percentagem que possa ser encontrada em termos daquilo que poderiam ser os abates nos Açores. Questiona ainda quais são as duas ilhas onde não seria necessário haver qualquer tipo de abate.

Questiona ainda qual o grau de importância para os Açores do abatimento das duas embarcações referidas e apontadas pelo esforço de pesca.

No que concerne aos dez milhões de euros, refere que esse montante não é dirigido para distribuir para “toda a gente”, reiterando que muitas embarcações não serão minimamente prejudicadas com a proteção das áreas marinhas. Neste sentido, questiona qual a percentagem de embarcações que poderão ser efetivamente prejudicadas pela criação das referidas áreas.

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves esclarece que existe a necessidade de reduzir o esforço de pesca na Região Autónoma dos Açores, onde se regista uma captura superior ao que os recursos conseguem reproduzir, o que significa que o volume extrativo é muito superior àquilo que os recursos conseguem repor no meio natural. Assim, reitera que só resta uma solução que é reduzir o esforço de pesca, através de três formas: abates de embarcações, redução de dias de mar e a redução do número de anzóis lançados por dia.

Por outro lado, sugere a implementação de planos estratégicos de medidas para a reprodução, observando-se assim a digestão dos recursos através de paragens de gestão de recursos.

O Presidente da Federação das Pescas dos Açores reitera ainda que a frota de pesca nos Açores cresceu de forma exagerada, onde foram dadas embarcações a qualquer pessoa que fazia um requerimento e que nunca haviam sido pescadoras e com cédula.

Neste sentido, o Sr. Jorge Gonçalves refere que não existe recursos suficientes para a frota que a ilha Terceira tem dentro daquela que é a plataforma da ilha, acabando por ter de ir buscar a outras ilhas, criando desequilíbrios sérios naqueles que são os recursos. Assim, vê como necessário que buscar equilíbrios através do presente Plano de Reestruturação e que existem duas ilhas que necessitam de reduzir o esforço de pesca: São Miguel e Terceira. Todas as outras ilhas têm uma frota mais ou menos adequada para aquilo que é a plataforma de cada uma delas e têm recursos aceitáveis para sustentar a sua frota. Afirma ainda que as associações de São Miguel e Terceira têm de discutir quais as medidas que podem ser tomadas neste sentido de reduzir o esforço de pesca.

O Sr. Jorge Gonçalves afirma ainda que as duas embarcações a exercer esforço de pesca são a "Íris do Mar" e a "Mestre Bobicha", estando esta última a dedicar-se unicamente à captura de espadarte com palangre de deriva uma vez que já não lhe é rentável a pesca ao peixe do fundo.

Relativamente à "Íris do Mar", refere que tem um esforço brutal sobre os recursos uma vez que está todos os dias no mar exercendo a sua atividade, resultando no abaixamento do preço do pescado quando a mesma vem a terra descarregar as grandes quantidades pescadas.

Na réplica, o Deputado Paulo Gomes refere que captou com muita atenção algumas das referências facultadas pelo Sr. Jorge Gonçalves nomeadamente quanto ao valor extrativo ser superior ao que os recursos podem dar ou então relativamente quando à necessidade de reduzir o esforço de pesca, afirmando assim que existe a necessidade de alguma coisa ser feita.

Assim, questiona quantas embarcações poderão ser prejudicadas na ilha Terceira numa realidade de 100 embarcações bem como a nível regional.

O Deputado Social Democrata destaca ainda que as realidades de pesca dos Açores são mais que nove, havendo uma complexidade muito grande, o que torna muito difícil a ação do Governo Regional e das associações.

Na contrarréplica, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores refere que não conseguirá dizer exatamente quais serão as embarcações que serão prejudicadas em relação àquilo que é a implementação das áreas marinhas protegidas, destacando as embarcações que estão autorizadas

para se deslocar até essas mesmas áreas.

Adianta ainda que os armadores da ilha Terceira podem decidir que não pretendem abater frota alguma, resultando assim num esforço de pesca. Neste sentido, admite que a Região irá passar por um momento muito difícil durante dez anos estando convencido que ao fim desses dez anos, quem se conseguir aguentar e modernizar no setor, poderá ter um futuro muito interessante.

Afirma igualmente que existe um problema muito sério na Região Autónoma dos Açores que poderia ser resolvido com o pacto de regime, dando o exemplo do aumento do número da frota na ilha Terceira, onde não foi acautelado se havia ou não a capacidade de recursos para sustentar esta frota. Neste sentido, refere que a solução mais indicada não será ir para explorar os recursos de outras ilhas realçando ainda que este aumento de frota já se registou na ilha de São Miguel anteriormente.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão abriu de seguida as inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado José Paulo Sousa. O Deputado do Partido Chega refere não entender o que foi defendido pelo Deputado Gualberto Rita, nomeadamente que a RAMPA foi mal estruturada, relembrando que foi o Partido Socialista que fez aprovar a RAMPA em plenário, não passando a posição atual do Partido Socialista de hipocrisia política.

O Deputado do Partido Chega questiona se o plano de reestruturação das pescas nos Açores propõe o aumento dos tamanhos mínimos de captura e a reavaliação de períodos de defeso como forma de garantir a sustentabilidade dos recursos. Assim, reitera que o Partido Chega já defendeu esta medida em Plenário, opondo-se na altura a Federação das Pescas dos Açores. Neste sentido, questiona também qual a posição atual da Federação das Pescas dos Açores e se consideram necessário implementar estas medidas para garantir que não existe uma degradação ainda mais profunda das espécies do nosso mar nos próximos anos.

Em resposta, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores refere que a Federação funciona em liberdade, manifestando a importância de as pessoas votarem de acordo com as suas ideias. Afirma igualmente que já foi defendido várias vezes a necessidade de aumentar os tamanhos mínimos e de ser feita uma paragem para gestão do recurso, algo que não tem sido possível uma vez que a maioria das associações presentes na Federação foram contra estas medidas. Reitera também que não tem sido possível implementar a questão dos tamanhos mínimos uma vez que existem questões de mercado que carecem de ser salvaguardadas, relembrando que os

comerciantes devem ser respeitados. Relativamente ainda ao tamanho mínimo, afirma que a principal questão referente aos tamanhos mínimos está relacionada com o facto de algumas ilhas julgarem que não é necessária a implementação dos tamanhos mínimos, algo que acabará por ter de acontecer devido à diminuição da quota ou então passando pela paragem na altura da desova. Assim, reitera que a Federação das Pescas dos Açores não foi contra e que a Federação representa dezanove associações, onde cada uma tem o seu voto.

Na réplica, o Deputado José Paulo Sousa relembra que o parecer negativo relativo ao tamanho mínimo e à paragem biológica veio da Federação das Pescas dos Açores, afirmando igualmente que a Federação tem o poder de gerir a quota nos Açores. O Deputado relembra que não existe pacto quando os pescadores também não o querem, afirmando que o Presidente da Federação das Pescas dos Açores pretende um pacto na Região mesmo quando não consegue instalar um mesmo pacto dentro das associações que pertencem à Federação das Pescas dos Açores.

Na contrarréplica, o Sr. Jorge Gonçalves refere que discorda completamente da questão referida pelo Deputado do Partido Chega, reafirmando que a Federação elabora um parecer que foi elaborado pelas Associações, estando a decisão final a cargo do somatório das decisões de cada uma das quinze associações, tanto seja relativamente à distribuição da quota como na reavaliação de medidas.

De seguida, toma da palavra o Deputado Gualberto Rita, que devolve a acusação de hipocrisia política, uma vez que referiu que quando as áreas marinhas protegidas foram aprovadas, havia o compromisso do Governo Regional e do projeto Blue Azores de apresentar o estudo de impacto socioeconómico, bem como o plano de reestruturação do setor.

Considerando o parecer da Associação Zero sobre o plano de reestruturação para o setor das pescas dos Açores, questiona se a Federação das Pescas dos Açores concorda com a afirmação presente no mesmo: “Ausência de compromissos claros, metas vinculativas de um detalhamento insuficientes dos mecanismos de financiamentos e fiscalização, fatos estes que poderão comprometer a eficácia deste plano.”

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves refere que a Federação tem dado notas daquilo que foi proferido pela Associação Zero, admitindo que as fragilidades são muitas e significativas e que as mesmas já foram elencadas anteriormente. Afirma ainda que as conclusões retiradas no parecer da Federação vão ao encontro do que foi proferido pela Associação Zero.

Na contrarréplica, o Deputado Gualberto Rita solicita a confirmação de que o Sr. Jorge Gonçalves concorda com as afirmações da Associação Zero.

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves afirma que a Federação concorda de uma forma generalizada uma vez que as fragilidades referidas também são sentidas pela Federação e que as mesmas têm sido dadas a quem de direito.

De seguida, toma da palavra o Deputado António Lima, refere que uma das medidas previstas no plano de reestruturação é avaliar a eficácia da gestão por quotas e avaliar a implementação de quotas por áreas de pesca, afirmando que existe uma dúvida constante no presente plano de reestruturação nomeadamente que não se sabe bem o que é que será feito.

Neste sentido, questiona como é que a Federação vê a opção de avaliar o sistema de implementação de quotas e o que é que deve ser feito nesta matéria, nomeadamente a implementação de quotas regionais ao invés de quotas por zona ou por ilha que ficam adstritas a uma determinada frota de uma determinada ilha.

Em resposta, o Presidente da Federação das Pescas dos Açores esclarece que a Região Autónoma dos Açores tem dois sistemas de regime de TACs&Quotas, nomeadamente as quotas da União Europeia e a implementação de quotas regionais já há algum tempo, sendo exemplo disso o boca-negra, o cântaro, a veja e a abrótea.

Relativamente às quotas da União Europeia, refere que a Federação das Pescas dos Açores tem tido um trabalho meritório, tentando encontrar consenso entre todas as associações para aquilo que é a gestão das quotas a nível regional. Esclarece também que houve a necessidade de mexer na chave de repartição da quota do goraz e que não é possível fazer nada em relação às decisões da União Europeia. Assim, conclui que não é fácil de gerir esta situação conciliando a redução das quotas e a situação atual da frota na Região dado que não chega para todos.

Adianta ainda que no corrente ano se registou menos peixe capturado, mas, por outro lado, mais dinheiro ganho pelos armadores.

Quanto às quotas regionais, o Presidente da Federação afirma que as mesmas foram medidas preventivas implementadas com medo de que a União Europeia aplicasse o regime de TACS&Quotas à Região. Assim, afirma que foi um risco que a Região correu na altura, tendo-se trabalhado com o objetivo de que as quotas regionais não ficassem abaixo daquilo que eram as capturas regionais.

No concerne às áreas de pesca, refere que já existem limites de pesca em cada ilha na pesca de palangre e de mão entre as três e as seis milhas, variando de ilha para ilha.

Esclarece ainda que as "áreas de pesca" mencionadas pelo Deputado António Lima são, em boa verdade, denominadas "áreas espaciais de pesca". Por fim, conclui que o importante passo a dar na manutenção da pesca na Região terá de passar pela redução do esforço de pesca.

Ficando o Deputado António Lima esclarecido, o Presidente da Comissão encerrou a segunda ronda de questões, abrindo de seguida as inscrições para a terceira e última ronda de questões, tomando da palavra o Deputado José Paulo Sousa. O Deputado menciona que o plano de reestruturação aposta fortemente na modernização, descarbonização e digitalização da frota. Neste sentido, questiona se a Federação acha que existe a possibilidade deste processo beneficiar apenas armadores de maior capacidade de investimento, deixando de fora os pescadores artesanais que representam a maior parte da frota dos Açores e que apresentam igualmente uma fraca capacidade de gestão.

Em resposta, o Sr. Jorge Gonçalves refere que a Região neste momento tem uma oportunidade única de se proceder à modernização de embarcações até 12 metros, à exceção de motores e sondas, a menos que os motores sem elétricos ou com maior eficiência energética, resultando assim num apoio a 100% de fundo perdido. Afirma que esta oportunidade é excecional e que nunca aconteceu na Região ao longo de todos estes anos, estando assim criadas todas as condições para que as associações e empresas possam fazer os projetos aos armadores uma vez que até os valores dos projetos são enquadráveis nos apoios. Assim, conclui que não existe desculpas para não se investir em melhores condições de segurança, habitabilidade, armazenamento de pescado e qualidade do pescado, destacando os sistemas de conservação de pescado ao invés da utilização de gelo.

Conclui a sua intervenção que a inteligência artificial pode ser uma ferramenta muito interessante ao setor da pesca.

O Presidente da Comissão deu por encerrada a audição à Federação das Pescas dos Açores, na pessoa do Sr. Jorge Gonçalves.

Da Audição da APASA, ocorrida a 2 de setembro de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/528f5f82-2e3e-472b-af2c-e1ed03e5b9cd

Em representação da Associação de Pescadores de Atum e Similares dos Açores (APASA) , os Senhores Paulo Ávila e João Capela marcam presença na presente audição. O Sr. Paulo Ávila inicia a sua intervenção lendo o seguinte texto: "A APASA foi fundada a 30 de dezembro de 1985 e desde 11 de dezembro de 1990 é reconhecida como Organização de Produtores, para as espécies Patudo, Bonito, Voador, Galha a Ré e Rabilo.

Num universo de cerca de 550 embarcações registadas na Região Autónoma dos Açores, em que perto de 85% (polivalente) está licenciada para a arte de salto e vara, a APASA representa as que se dedicam exclusivamente à pesca de Atum e similares. Neste momento, conta com 27 armadores e 32 embarcações associadas. Estas dividem-se em 3 escalões: inferiores a 15 m; entre os 15 m e inferiores a 20 m e superiores a 20 m.

As artes utilizadas são o Salto-e-vara para a captura de tunídeos e as redes de cerco com argolas e sem argolas para a captura de isco vivo.

A pesca nos Açores é sazonal, iniciando-se geralmente em meados de março e terminando em outubro. Efetua-se pesca na Região Autónoma da Madeira, onde parte das embarcações estão licenciadas a pescar.

Esta pescaria é seletiva, ou seja, captura somente as espécies alvo e é feita na superfície da água, não interferindo com fundos marinhos. Esta pescaria foi reconhecida internacionalmente como a primeira pescaria no mundo, livre de plásticos, comprovando que recolhe mais lixo do que aquele que produz. Estima-se que se produza 1 quilo de lixo numa safra inteira, por outro lado, recolhe-se várias toneladas de lixo do mar.

Trata-se de uma pescaria muito especifica, onde a certeza é a incerteza, já que tanto por questões antropogénicas e/ou climáticas, pode influenciar o aparecimento ou não destas espécies nas águas açorianas e madeirenses."

Terminada a intervenção inicial da APASA, o Presidente da Comissão abre as inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Gualberto Rita (PS).

O Deputado Gualberto Rita começa a sua intervenção agradecendo a presença do Presidente e Secretário da APASA Senhores Paulo Ávila e João Capela, para esclarecimento de algumas questões pertinentes naquilo que diz respeito a esta proposta do Plano de Reestruturação para o

Setor das Pescas nos Açores.

O Deputado Socialista faz referência que um dos assuntos que tem sido muito discutido nesta proposta, foi ter-se avançado sem se ter feito primeiro um estudo socioeconómico do impacto que vai ter dessas áreas de marinhas protegidas em todo o setor da pesca nos Açores. Colocando como questão inicial se a APASA foi contatada sobre o estudo do impacto socioeconómico do alargamento das áreas de marinhas protegidas, para a realização desta proposta, e se consideram ser fácil obter um cálculo das perdas de rendimento, quer seja para armadores, quer ser para pescadores e até para a própria indústria e comercialização. Numa atividade como referiram ser tão sazonal e com oscilações de captura bastante significativas de ano para ano, na pesca do atum.

Concluí a sua intervenção reiterando se a APASA considera fácil que, independentemente de o estudo ainda não ser conhecido, se foram contactados, e se acham que é fácil obter estes dados, para que tenhamos aqui uma proposta credível de plano de reestruturação.

Na resposta o Sr. Paulo Ávila afirma que a APASA foi contatada, pelo estudo, mas não entendem como é que num setor, que é o setor do atum, em que os atuneiros têm uma atividade muito variável, muito inconstante, se conseguem obter dados.

Afirma que a APASA já se propôs a obter alguns dados, e que a própria APASA consegue obter dados seus. Reafirmando que foram contatados, mas não percebem como é que irão obter esses dados.

Ficando o Deputado Gualberto Rita esclarecido, toma da palavra o Deputado António Lima (BE), que começa por dizer que o plano de reestruturação no entender do BE carece, em primeiro lugar de um claro diagnóstico da situação do setor das pescas em geral. E que sem esse diagnóstico torna-se bastante difícil avaliar as medidas que estão previstas no plano, sendo que mesmo as medidas que estão previstas, são mais medidas de um programa eleitoral do que um plano de reestruturação, que deve ter indicadores claros, que deve estar quantificado com um cronograma bastante definido, o que não acontece porque o cronograma é idêntico para todas as medidas, ou seja, de 2025 a 2030. E a quantificação não está presente no plano, nem o próprio detalhe das medidas, ora, isso naturalmente decorre da ausência desse trabalho de base, de diagnóstico que deveria constar deste plano.

O Deputado António Lima questiona em primeiro lugar a APASA de como é que avaliam as medidas

previstas no plano de reestruturação para o setor das pescas em geral. E no que diz respeito ao setor que representam, do qual são organização de produtores, nomeadamente a pesca do atum. Em segundo lugar existem algumas medidas que geram questões mais significativas e de difícil resolução, como por exemplo, possível de abate de frota, tendo em conta os recursos disponíveis, que é aquilo que se diz, mas fala-se em avaliar a possibilidade de implementar a cessação definitiva da atividade da pesca ou o abate da arte de pesca.

O deputado António Lima continua a sua explanação pedindo a opinião da APASA sobre esta possível avaliação, não se trata sequer ainda de uma concretização do número de embarcações a abater, não se trata de uma quantificação da redução do esforço de pesca, trata-se de uma avaliação, especificamente relativamente a esta medida qual é a opinião da APASA.

Na resposta o Sr. Paulo Ávila refere que em relação a este plano de reestruturação, é entendimento da APASA, que começou mal, pois começou pelo plano e devia ter começado pelo estudo. E este plano de reestruturação em relação aos associados à frota que APASA representa que é especificamente os atuneiros, na análise da APASA não se enquadra, porque estamos aqui a falar de segmentos de frota bastante grandes, estamos aqui a falar de embarcações totalmente diferentes daquelas que já ouvimos falar, portanto, no entender da APASA, este plano não se enquadra, na nossa análise pela APASA e na análise dos nossos armadores.

Na replica o Deputado António Lima refere que não se enquadrando o plano naquilo que é a atividade dos associados da APASA, questiona quais as medidas que a APASA considera, se é que considera, que são que são necessárias de alteração no setor? Ou seja, certamente um plano de reestruturação pressupõe alterações significativas num determinado setor numa empresa, num setor que se esteja a tratar, não se enquadram este plano naquilo que considera ser a atividade da APASA, que é que considera a APASA que seria mais necessário implementar num plano de reestruturação que tivesse em conta as necessidades do setor que representa.

Na contrarréplica o Sr. Paulo Ávila afirma que o que APASA e os seus associados querem neste plano é só uma coisa, que é poder trabalhar. Pois toda a resposta que foi dada pelos associados da APASA, quando foram abordados com este assunto foi “Nós queremos é trabalhar”, por isso não vemos que este plano se enquadre, ao setor do atum especificamente aos atuneiros, porque toda a resposta dos associados em geral, só responderam uma coisa, foi que queriam trabalhar ponto.

De seguida, toma da palavra o Deputado Paulo Gomes (PSD), que começa por dar algum realce ao excelente desempenho que tem acontecido este ano em termos da safra do atum, em termos de rendimento em termos de recorde de armazenamento do pescado, portanto, é sinal que que a safra tem corrido bem, o que é bom para o setor e para a economia dos Açores.

O Deputado Social-democrata questiona se a APASA foi contatada, se deu contributos na altura da definição das áreas marinhas protegidas, em que o setor foi ouvido. E insiste na pergunta feita anteriormente, em termos daquilo que seriam, na vossa opinião, contributos, podendo dar pelo menos 2 ou 3 exemplos, de melhoramento que pudessem ser feitos neste plano.

Continua a sua intervenção referindo que se percebe que a APASA não está totalmente de acordo, que se percebe que efetivamente os associados o que querem é trabalhar, reiterando a questão de que contributo mais específico, mais concreto que APASA, possa dar, para assim no futuro se poder melhorar este plano. Rematando que apesar deste plano poder não ser perfeito, há que reconhecer que está a haver aqui uma tentativa de se mudar e de se melhorar o mesmo.

Na resposta o Sr. Paulo Ávila refere que, quanto à primeira questão, a APASA foi contatada desde a primeira hora para se pronunciar sobre as áreas marinhas protegidas, porque também fez parte e tem feito parte dos grupos de trabalho da RAMPA. No entanto a posição da APASA desde o final de 2020, altura que foi a apresentação das áreas marinhas protegidas, teve sempre uma única posição, que foi que não estaria contra as áreas marinhas protegidas, mas sim que estaria contra da maneira que iriam ser implementadas, e foi sempre esse o papel da APASA, durante estes anos, o nosso contributo tem sido sempre arranjar soluções para que possamos ou não ser participativos sermos importantes nesta definição, mas a nossa preocupação e o nosso grande problema têm sido sempre a forma que iriam ser implementadas, porque daquilo que a APASA defende é que o problema é a forma que querem implementar as áreas marinhas protegidas, porque a APASA, os seus armadores, os seus profissionais conhecem bem este setor, conhecem bem esta arte e sabem melhor que ninguém, como é que se procede, como é que trabalhamos durante todos os meses de safra. Portanto, a preocupação da APASA, e sempre foi esta e sempre será, é como é que irão ser implementadas e essa é a nossa principal preocupação.

Relativamente à segunda questão relativa ao plano de reestruturação o Sr. Paulo Ávila responde o mesmo que respondeu anteriormente, os armadores daquilo que tiveram conhecimento deste plano, até havia muitos que colocaram a questão, mas estamos aqui a falar em cessação definitiva, mas para uma cessação definitiva daquilo que conhecemos do plano não estão reunidas aqui as

condições, porque como é sabido, está-se a falar aqui de segmentos de frota bastante grandes, mas toda a resposta coletiva bateu sempre no mesmo. Existe um plano, esse plano foi elaborado, mas nós queremos é trabalhar, não estamos aqui à procura de subsídios para comentar isto ou colmatar aquilo, queremos é trabalhar.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão dá por encerrada a primeira ronda de questões, abrindo inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra o Deputado Gualberto Rita.

O deputado Gualberto Rita refere que o plano fala genericamente de reestruturação, mas não aborda medidas específicas para a frota do atum, que tem características próprias, em mercados próprios. Questionando com as restrições à pesca do atum que estão previstas nas áreas marinhas protegidas já a partir de outubro, se a APASA considera que nesta proposta deste plano de reestruturação estão refletidas as medidas, ações e compensações financeiras necessárias para todo este segmento de frota.

O Deputado Socialista faz referência a declarações anteriores, sobre o facto deste ano estar a ser um ano atípico da safra do atum, e coloca uma segunda questão se a APASA está em condições de afirmar ou não, se esse peixe capturado se incidiu as capturas ou não em áreas marinhas protegidas, que vão ser fechadas a partir de outubro.

Na resposta o Sr. Paulo Ávila, refere que a APASA pode responder à última questão, com a nota de imprensa que foi recentemente tornada bastante pública, em que estavam associados da APASA a exercer atividade numa suposta área marinha protegida que é o “Banco Princesa Alice”. Menciona que muito desse pescado e sensivelmente no último mês, tem sido capturado numa dessas zonas e, respetivamente, ao início até metade da safra, foi capturado bastante pescado da espécie Patudo em outras áreas, agora estamos na espécie do Bonito. Portanto, acaba por ser sem dúvida bastante penalizador as áreas que estão em cima da mesa.

Relativamente à questão se a APASA considera que na proposta deste plano de reestruturação estão refletidas medidas e ações de compensações financeiras necessárias para este segmento de frota o Sr. Paulo Ávila responde que não consideram, pois estamos perante um segmento de frota que é o maior que nós temos aqui na região, portanto, e da nossa análise ao plano, sempre se falou em segmentos muito mais reduzidos, em segmentos muito mais pequenos. Portanto, aquilo que está referenciado neste plano, a APASA não acredita que faça a face a essas necessidades.

O Sr. Paulo Ávila remata a sua intervenção acrescentando que em relação à safra de 2025, ela tem sido satisfatória, mas não se tem batido recordes, como aconteceu nos anos de 2007 e 2010, concluindo que em 2025 ainda estamos aquém de bater esses recordes.

Não havendo mais inscrições na segunda ronda e terceira rondas o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição aos Senhores Paulo Ávila e João Capela em representação da Associação de Pescadores de Atum e Similares dos Açores (APASA).

Da Audição da Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores, ocorrida a 2 de setembro de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/37645acc-d92e-4a29-9e44-3afef6eef761

Em representação da Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores, o Sr. Pedro Melo marca presença na presente audição. O Sr. Pedro Melo inicia a sua intervenção sublinhando o papel central da comercialização na sustentabilidade económica das pescas e na coesão social das comunidades dependentes do setor. Reconhece os méritos do plano, designadamente a valorização do pescado, a promoção de boas práticas a bordo, o incentivo à transformação, a certificação e rastreabilidade, a diversificação dos canais de venda e a melhoria dos sistemas de transporte. Contudo, assinala que o documento permanece insuficiente no que toca à fileira da comercialização.

Aponta como lacunas a ausência de um estudo socioeconómico atualizado — sendo o último conhecido de 2003 — e a falta de soluções concretas para os custos de escoamento, particularmente no transporte aéreo, onde se destacam as taxas de handling, limitações de carga, horários desajustados e custos frigoríficos, com especial impacto nas ilhas menos acessíveis. Considera vaga a medida referente ao sistema de transporte (M2.03), por não definir metas, prazos, financiamento ou articulação com operadores. Referiu ainda a inexistência de propostas de modernização ou reorganização da Lotaçor, entidade central na primeira venda e expedição, e a ausência de uma estratégia eficaz de gestão da oferta que previna quebras de preço decorrentes de picos de captura.

Destaca também a falta de uma estratégia de promoção externa e de construção de uma marca regional diferenciadora. Manifesta preocupação quanto à indefinição das fontes de financiamento, frequentemente apresentadas como potenciais, o que compromete a execução do plano.

Apresenta como propostas a criação de um programa regional de apoio ao transporte de pescado fresco, o reforço da Lotaçor com meios tecnológicos e logísticos, a criação de uma marca coletiva do pescado açoriano, o desenvolvimento de uma plataforma digital de comercialização e rastreabilidade e a regulamentação das descargas em lota para evitar desvalorizações. Concluiu reiterando disponibilidade para colaborar com o Governo e com a Assembleia Legislativa no aperfeiçoamento do plano e na construção de um setor mais competitivo, sustentável e justo.

Terminada a intervenção do Sr. Pedro Melo, inicia-se a primeira ronda de inscrições, tomando posse da palavra, o Deputado Francisco Lima (CH) observa que, face às lacunas identificadas, teria afirmado de forma mais assertiva que o Plano de Reestruturação não responde às necessidades do setor, limitando-se a enunciar princípios genéricos sem operacionalização. Considera inadmissível que se baseie em estudos com duas décadas e ignorando contributos previamente transmitidos ao Governo. Refere a sua experiência noutras áreas, sublinhando que a comercialização é determinante para valorizar o produto e evitar perdas, sobretudo tratando-se de bens perecíveis como o pescado. Formula quatro questões: a necessidade de melhorias nas infraestruturas aeroportuárias, para além do agravamento das taxas de handling e das limitações operacionais; a criação de uma marca diferenciadora face à atual “Marca Açores”; a existência ou não de margens máximas de comercialização previstas na lei regional; e a viabilidade ou pertinência da lota eletrónica.

Na resposta o Sr. Pedro Melo confirma que as infraestruturas aeroportuárias da Região são insuficientes e desatualizadas, sobretudo nas ilhas de menor dimensão, onde a ausência ou limitação das redes de frio compromete o armazenamento e expedição do pescado. Assinala que muitas dessas intervenções dependem das entidades gestoras dos aeroportos e não do Governo Regional. Relativamente à marca, esclarece que a “Marca Açores” funciona apenas como selo de origem e não de qualidade, abrangendo múltiplos produtos sem diferenciação específica.

Defende a criação de uma marca própria para o pescado açoriano, que evidencie qualidade, sustentabilidade e métodos de captura, reforçando a valorização nos mercados nacional e internacional. Sobre as margens de comercialização, informa que deixaram de existir em 2013 e que a reintrodução de limites regionais teria efeitos contraproducentes, desviando o pescado para outros mercados e prejudicando a oferta interna. Considera que a concorrência e a escolha do consumidor são os mecanismos reguladores adequados.

Quanto à lota eletrónica, manifestou reservas, lembrando que o pescado exige avaliação

presencial e rapidez na logística, sob pena de perda de qualidade. Exemplifica com a fraca adesão no continente e alertou que a digitalização da primeira venda pode reduzir o papel das empresas regionais a meros intermediários logísticos de operadores externos, com riscos para a autonomia e valor acrescentado da fileira. Conclui reafirmando a disponibilidade do setor para colaborar, desde que as soluções respeitem a especificidade do produto e da realidade insular.

Na réplica o Deputado Francisco Lima, começa por esclarecer que, ao referir-se às margens de comercialização, não o fez para as defender, sublinhando que qualquer política de controlo de preços é contrária aos princípios liberais do seu partido. Explica que apenas quis desmontar a ideia, muitas vezes repetida, de que os comerciantes obtêm margens especulativas de milhares por cento, quando na realidade muitos enfrentam dificuldades e até encerraram atividade. Acrescenta que pretendia dar oportunidade ao setor de clarificar esse equívoco.

Rejeita, por isso, qualquer associação à defesa do regresso de margens fixadas, considerando exemplos absurdos como a permanência de margens sobre produtos COVID.

Prossegue, retomando a questão da marca, assumindo que a "Marca Açores" não serve os objetivos específicos do pescado, dada a sua heterogeneidade e ausência de critérios de qualidade. Pergunta se a Associação já formalizou alguma proposta ao Governo Regional no sentido da criação de uma marca própria para o pescado, à semelhança de figuras como as DOP no setor agrícola, ou se essa ideia não passou ainda da intenção.

Na contrarréplica o Sr. Pedro Melo esclarece que não existe atualmente qualquer regime de margens de comercialização no setor e que esse modelo não é desejável. Relativamente à marca, informa que a proposta tem sido apresentada recorrentemente, quer por parte da Associação de Comerciantes, quer por outros representantes do setor, e que essa necessidade foi incluída nos contributos dados durante o processo de elaboração do plano entre julho do ano passado e abril deste ano. Sublinha que não se trata de desvalorizar a "Marca Açores", mas sim de reconhecer que se limita a certificar a origem geográfica, não assegurando qualquer auditoria à qualidade, sustentabilidade ou métodos de captura. Defende, por isso, uma marca específica que diferencie o pescado açoriano e contribua para a sua valorização nos mercados regional, nacional e externo.

De seguida toma posse da palavra o deputado Gualberto Rita (PS) que começa por reconhecer o papel relevante da entidade no setor e referiu que o plano em discussão "nasce torto", por não assentar num estudo socioeconómico atualizado, surge tarde e revela falhas estruturais. Assinala

que o documento prevê redução da frota e das capturas, num contexto em que a criação de áreas marinhas protegidas poderá agravar a quebra de pescado disponível nas lotas, com impacto na competitividade regional nos principais mercados.

Alerta que esse cenário colocará as empresas de comercialização perante perdas de receita, riscos financeiros e ameaça à manutenção de postos de trabalho. Como o plano não inclui garantias financeiras ou medidas compensatórias, questiona como é que os comerciantes podem encarar uma estratégia que reduz a produção sem assegurar instrumentos de equilíbrio para o mercado e proteção do rendimento das empresas do setor.

Na resposta o representante da Associação dos Comerciantes de Pescado dos Açores, reconhece que a implementação das áreas protegidas terá efeitos imediatos sobre toda a fileira e que muitas empresas já se encontram em situação frágil, havendo casos de encerramento e outras em risco. Sublinha que o setor vive um momento particularmente difícil, agravado pela simultaneidade da restruturação, da implementação da "Rampa" e de orientações europeias que apontam para mais restrições. Refere que qualquer redução de capturas terá consequências estruturais nas empresas, que ficarão sobredimensionadas em pessoal, logística e infraestruturas de frio, implicando custos com redimensionamento e potenciais despedimentos.

Esclarece que não está em causa centrar a discussão em subsídios, mas sim garantir que as mudanças sejam acompanhadas por mecanismos de adaptação. Considera que o plano contém virtudes e não deve ser descartado, mas nasceu condicionado por prazos curtos, ausência de estudo de base e insuficiente discussão. Recorda que o processo iniciou em junho com várias reuniões até dezembro, tendo sido apresentados contributos pelo setor, mas sem discussão efetiva das versões subsequentes. Assinala que as medidas passaram de 26 para mais de 50 propostas e depois foram consolidadas em 27, sem debate final nem consenso sobre o plano de ação.

O Sr. Pedro Melo expressa desconforto com o resultado, defendendo que o setor não aprova o plano tal como está, mas também não o rejeita liminarmente, porque contém elementos positivos. Sublinha a ausência de métricas claras e calendarização efetiva das ações, limitadas genericamente a 2025-2030, bem como a incerteza quanto ao financiamento. Adverte que muitas medidas correm o risco de nunca serem executadas e reiterou que o essencial ficou por discutir, sobretudo na fase de operacionalização.

Conclui afirmando que o setor valoriza o trabalho feito, reconhece o esforço estratégico, mas considera a proposta insuficientemente debatida, incompleta e carente de garantias para responder aos desafios reais da fileira.

Na réplica, o Deputado Gualberto Rita sublinha que o plano em causa, ainda que de natureza estratégica, deve ter um propósito inequívoco: assegurar a reestruturação do setor e garantir o financiamento da inevitável quebra de rendimentos, que afetará desde a produção à comercialização e à indústria.

Alerta para o risco de o documento não passar do papel, considerando que a componente financeira é determinante. Recorda que têm sido referidos possíveis fundos — como os dez milhões de dólares das Fundações Waitt e Oceano Azul ou os dez milhões de euros do Fundo Ambiental — mas, a meio de 2025, não existe qualquer verba efetivamente alocada ao plano de reestruturação. Reitera, por isso, a questão central: perante as medidas previstas para responder à perda de rendimentos que se fará sentir nas empresas do setor, questiona se existe ou não alguma ação concreta direcionada aos comerciantes, que já hoje enfrentam incerteza sobre o seu futuro.

Na contrarréplica o Sr. Pedro Melo afirma que, objetivamente, não existe qualquer medida específica, quer no âmbito da chamada "Rampa" quer no domínio da refrigeração do setor. Reitera que tudo assenta em potenciais fontes de financiamento, sem quantificação rigorosa nem definição de métricas ou calendarização. Sublinha que, para avaliar custos e necessidades, é essencial conhecer a realidade atual, definir o que é necessário alterar e apurar quanto custa essa alteração, para depois assegurar os meios financeiros respetivos — o que, neste momento, não está garantido.

Acrescenta que o setor atravessa um período de grande dificuldade e vive num cenário de incerteza, não havendo, nos últimos anos, qualquer medida positiva digna de registo para a pesca. Considera que, perante esta conjuntura, é praticamente impossível aos operadores — sejam da produção, da comercialização ou da indústria — delinearem estratégias sólidas para as suas empresas.

O Sr. Pedro Melo refere ainda que a questão do financiamento não se restringe à compensação por perdas de rendimento, abrangendo também a necessidade de requalificação e reconversão de trabalhadores, formação profissional e outras medidas que exigem recursos financeiros.

Conclui que o plano não é claro quanto à cobertura desses custos nem quanto ao modo como serão pagas as medidas necessárias.

Ainda na primeira ronda de inscritos, o Deputado António Lima (BE) sublinha a utilidade dos mesmos para a avaliação do plano de reestruturação do setor das pescas. Assinala, desde logo, a ausência de diagnóstico e de um ponto de partida claro, o que compromete a seriedade de qualquer plano. Considera que o documento contém um conjunto de intenções desprovido de métricas, calendarização ou quantificação, o que o aproxima mais de um programa eleitoral do que de um verdadeiro plano operativo.

Refere o exemplo do eventual abate de embarcações, sem indicação das frotas visadas, dos impactos nas capturas ou nas diferentes ilhas. Recorda que o processo relacionado com as áreas marinhas protegidas se iniciou em 2019, pelo que seria expectável um plano robusto, pormenorizado e com medidas claras e mensuráveis, algo que não se verifica. Manifesta preocupação acrescida por se estar a meio de 2025 sem uma estratégia consolidada e com medidas remetidas genericamente até 2030, sem qualquer definição faseada.

O Deputado do Bloco de Esquerda, aborda especificamente os transportes, e exemplifica a vagueza das formulações constantes do plano, referindo a menção genérica à criação de um sistema eficaz de transporte de pescado, sem indicação de meios, modelos operacionais ou mecanismos de execução. Quanto ao transporte marítimo contentorizado, previsto através das obrigações de serviço público, questionou a quem se destina tal medida e se teria impacto real na atividade dos comerciantes de pescado em fresco. Sobre o transporte aéreo, destaca as atuais limitações e a ausência de soluções desde o abandono de um operador privado e o incumprimento de anteriores OSP aéreas nunca concretizadas. Solicita, por isso, a posição da Associação sobre o estado atual e as necessidades prioritárias.

Na resposta o Sr. Pedro Melo refere que acompanha esta problemática desde 2009 e que, apesar de sucessivas tentativas, não foi encontrada solução efetiva até hoje. Relata que, no passado, esteve perto de se viabilizar uma OSP aérea de carga, mas a exigência de rotações invernosas e condições operacionais desadequadas inviabilizou o processo. Acrescenta que o operador privado que, entretanto, surgiu tinha limitações logísticas e pretendia subsidiação direta, o que considerou inadequado face à existência de uma companhia regional. Defende que o Governo pode e deve criar condições facilitadoras, mas não substituir à viabilidade empresarial.

Sobre a situação atual, refere que existem mais voos e operadores, mas o escoamento do pescado faz-se "a conta-gotas", com impacto negativo na valorização do produto. Explica que o ideal seria adquirir pescado de madrugada, processá-lo ao longo do dia e expedi-lo ao final da tarde, permitindo chegada ao destino em 24 horas — o que hoje não se consegue. Acrescenta que a multiplicação de voos não resolve o problema quando os clientes têm de deslocar-se várias vezes para recolher pequenas quantidades, com custos acrescidos.

Assinala ainda o agravamento das dificuldades no transporte inter-ilhas, fruto da pressão turística e da ocupação dos voos regionais, o que leva a atrasos e impede o encaminhamento atempado para exportação.

Na réplica, o Deputado António Lima pedi confirmação de que as OSP marítimas para contentores não contemplam, na prática, os associados da Associação de Comerciantes de Pescado.

Na contrarréplica o Sr. Pedro Melo esclarece que existe algum escoamento contentorizado para o continente ou Espanha, mas trata-se de peixe de menor valorização e com perda de qualidade acrescida. Considera que a estratégia regional deve privilegiar a valorização do pescado e o consumo interno, refere que o turismo acaba por representar a principal "exportação interna", dada a incapacidade de muitos residentes acompanharem o aumento de preços. Entende que as OSP marítimas poderão servir ilhas próximas entre si, mas não respondem ao essencial. Defende antes a criação de OSP aéreas especificamente vocacionadas para carga e separadas do transporte de passageiros, inclusive através de um modelo de cargueiro inter-ilhas, permitindo uma resposta mais adequada às necessidades do setor.

Para terminar esta primeira ronda de inscrições, o Deputado Paulo Gomes (PSD) inicia a sua intervenção destacando o mérito do trabalho desenvolvido pelos pescadores a bordo, sublinhando os cuidados que asseguram a qualidade do pescado e reforçando que essa valorização beneficia igualmente os compradores. Enaltece ainda o papel da Lotaçor na primeira venda e relembrou a afirmação anterior de que a reestruturação do setor deveria ter sido iniciada há mais de quinze anos, sublinhando que agora importa concretizar soluções e não apenas criticar.

Assinala os resultados positivos ao nível do atum, com mais de cinco milhões de euros faturados no corrente ano, e os recordes de armazenamento nos entrepostos frigoríficos, que considera um sinal de produtividade e não de insucesso. Reconhece, contudo, que persistem lacunas nas infraestruturas, essenciais para melhores condições a pescadores e comercializadores. Coloca

depois duas questões concretas: a primeira sobre o antigo projeto de etiquetagem do pescado, financiado pela Lotaçor, e se deveria ser retomado, eventualmente com outro modelo; a segunda sobre o impacto do aumento dos voos inter-ilhas e para o exterior no escoamento do pescado, atendendo às especificidades do arquipélago.

Na resposta o representante da Associação dos Comerciantes de Pescados dos Açores, refere que, embora reconheça melhorias na qualidade, ainda existe margem significativa de evolução, desde os procedimentos a bordo até às condições logísticas de conservação e expedição. Reafirma que a reestruturação devia ter sido iniciada há muito tempo e defendeu que o plano atual deve ser assumido como um desígnio regional, com pacto político e calendarização clara. Sobre o transporte inter-ilhas, afirma que a situação não melhorou, apesar de mais voos. Continuam a existir partidas sem capacidade para transportar pescado, horários incompatíveis com os tempos de captura e preparação, e constrangimentos agravados pela incerteza futura quanto aos operadores aéreos e eventuais privatizações.

Na réplica, O deputado Paulo Gomes reitera a questão da etiquetagem e defende a qualidade do pescado proveniente de algumas ilhas, como a Terceira, onde os procedimentos de frio e manuseamento são rigorosos. Questiona ainda como persiste dificuldade no escoamento quando o número de voos aumentou de um para três ou quatro por dia.

Na contrarréplica o Sr. Pedro Melo esclarece, então, que a etiquetagem constitui um selo importante de origem e qualidade, mas a experiência anterior revelou dificuldades operacionais. A etiquetagem peixe a peixe é morosa e pouco exequível em espécies de grande volume. Acresce a ineficácia da fixação das etiquetas em determinadas espécies e a ausência de métodos alternativos, como tintas seguras ou marcações tecnológicas. Considera ainda essencial que qualquer selo seja colocado exclusivamente em lota, sob controlo da entidade competente, para garantir autenticidade e evitar usos indevidos.

Conclui que o modelo pode ser útil, mas só será viável se reformulado com critérios técnicos e operacionais adequados.

Terminada a primeira ronda de inscrições, dá-se início à segunda ronda, tomando posse da palavra o Deputado Gualberto Rita questiona se, face à quebra prevista nas capturas, a Associação antevia um aumento da importação de produtos da pesca com menos exigências e em que medida isso poderia afetar as empresas açorianas.

Na resposta o Sr. Pedro Melo retorquiu que é expectável um incremento das importações, dado que o turismo e a população flutuante aumentam a procura de pescado, enquanto as capturas regionais diminuirão. Sublinhou que tal cenário poderá criar dificuldades significativas às empresas comerciais locais, que, em alguns casos, poderão até sentir necessidade de importar para manter a sua atividade.

O deputado Paulo Gomes aproveita para clarificar a posição sobre a questão da etiquetagem do pescado, questionando se a Associação considerava que o projeto não deveria ser retomado.

Na resposta o Sr. Pedro Melo esclarece que a Associação é favorável à etiquetagem, mas defende que o processo seja simplificado, de modo a não criar novos constrangimentos às empresas e à logística diária de distribuição, nomeadamente pelo impacto nos horários de lota e transporte aéreo. Reforça que o objetivo é garantir rastreabilidade e qualidade sem dificultar a operação das empresas que compram e comercializam o peixe das nove ilhas.

Na réplica o Deputado do PSD acrescenta, que o processo atual de etiquetagem também prolonga o tempo em que o peixe fica sem gelo, afetando negativamente a frescura, e conclui agradecendo a presença de Pedro Melo e desejando sucesso ao trabalho da Associação.

Terminada a segunda ronda de inscritos, e não havendo inscrições na terceira ronda, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição à Associação de Comerciantes de Pescados Açores, na pessoa do Sr. Pedro Melo.

Da Audição do Secretário Regional do Mar e das Pescas, ocorrida a 23 de setembro de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/854bbe00-1a5e-4e7a-8023-b0bb8f71657f

O Secretário Regional do Mar e das Pescas Mário Rui Pinho, inicia a sua intervenção fazendo a um enquadramento geral sobre os desafios globais que atualmente se colocam aos oceanos, salientando questões como a poluição marinha, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. Sublinha que estes problemas são objeto de estratégias e regulamentos internacionais e europeus, aos quais o país e a Região Autónoma dos Açores estão igualmente vinculados. Destaca que a Região não se encontra isolada do contexto mundial, frisando a

importância da multigovernança na gestão dos recursos marinhos e na reestruturação do setor das pescas.

Refere ainda que este setor integra o novo paradigma da economia azul, que ultrapassa o conceito tradicional de "economia do mar", abrangendo um conjunto mais vasto de atividades económicas interligadas. Chama também a atenção para o facto de a atividade piscatória não se restringir às operações no mar, envolvendo igualmente componentes a montante e a jusante — desde a investigação, gestão, controlo e fiscalização, até à transformação, comercialização e às infraestruturas em terra.

O Secretário Regional aborda ainda a questão das competências da Região na gestão da zona económica exclusiva, alertando que estas não são absolutas, mas antes objeto de acordos e regulamentos comunitários temporários, designadamente no que respeita à proibição do arrasto e à definição das várias zonas de exploração (três, seis, doze, trinta, cem e duzentas milhas). Acrescenta que a criação de áreas marinhas protegidas introduz novas camadas de zonamento e complexidade na gestão do espaço marítimo regional.

Relativamente ao plano de reestruturação do setor das pescas, reconhece que o prazo de 120 dias para a sua elaboração foi exíguo, mas que o Governo Regional procurou maximizar os recursos existentes e capitalizar o trabalho desenvolvido desde 2022, integrando contributos de diferentes governos e parceiros do setor. Explica que o plano resulta de uma análise abrangente da atividade piscatória nos Açores, identificando as respetivas fragilidades e potencialidades, e estruturando-se em torno de uma visão, missão, objetivos, medidas e ações concretas, definidas através de um processo participativo com os agentes do setor.

O Secretário Regional sublinha que se trata de um plano estratégico e não de uma solução imediata, com horizonte temporal até 2030, podendo algumas ações prolongar-se para além desse período em função das disponibilidades financeiras e dos quadros comunitários de apoio. Reconhece ainda que persistem limitações orçamentais e de competências que condicionam a execução de algumas medidas, nomeadamente pela necessidade de articulação com a República e com a União Europeia.

Conclui reafirmando a importância deste enquadramento para o debate em curso, considerando existir uma convergência geral em torno das linhas de ação propostas, ainda que subsistam divergências pontuais entre os diversos intervenientes do setor.

Terminada a intervenção do Secretário Regional , inicia-se a primeira ronda de inscrições, tomando posse da palavra, o Deputado Paulo Gomes (PSD) que inicia a sua intervenção destacando a relevância do plano de reestruturação do setor das pescas, sublinhando que, após muitos anos de debate sem medidas concretas, o Governo Regional finalmente avançou com um documento estruturado que poderá trazer melhorias significativas ao setor ao longo do tempo. Formula uma questão ao Secretário Regional do Mar e das Pescas, procurando saber se algumas das medidas previstas no plano já se encontram em fase de implementação.

Na resposta, o Secretário Regional do Mar e das Pescas explica que o plano de reestruturação do setor visa assegurar a sustentabilidade das atividades no mar e maximizar o rendimento nas atividades a jusante. Destaca que muitas das medidas previstas já se encontram em fase de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da gestão, licenciamento, governança e legislação regional, reconhece, porém, que a coerência normativa ainda exige um esforço significativo devido às complexidades da multigovernança e à articulação com regulamentos comunitários.

Refere que o Governo Regional tem trabalhado em estreita colaboração com a comunidade científica e associações do setor para planear quotas e safras de forma sustentável, bem como em medidas de fiscalização, incluindo a incorporação de novos inspetores e tecnologias de monitorização do oceano.

O Secretário salienta que existem limitações em determinadas áreas, como a proteção de dados, que dependem de competências externas, e que o processo de implementação das medidas é influenciado por restrições orçamentais, exigindo negociação sobre fontes de financiamento, muitas das quais devem ser assumidas pelo Estado ou pela União Europeia.

Conclui que o desenvolvimento do plano está a ser conduzido de forma articulada, em parceria com diferentes atores, e que se trata de um processo lento, mas estruturado, visando alinhar as ações em curso com os objetivos estratégicos definidos no plano de reestruturação.

Na réplica, o Deputado Paulo Gomes volta a centrar a sua intervenção na fiscalização, reconhecendo a sua complexidade e a dificuldade de alcançar a perfeição. Questiona o Secretário Regional sobre se, com a implementação do plano de reestruturação, será possível atingir uma situação em que as ilegalidades na atividade piscatória — como a pesca em zonas proibidas ou a captura de espécies não autorizadas — se tornem muito improváveis, enfatizando que estas práticas são também criticadas pelos próprios pescadores.

Na contrarréplica o Secretário Regional do Mar e das Pescas começa por manifestar otimismo quanto ao setor da pesca nos Açores, sublinha que o Governo privilegia a implementação de medidas consensuais com os parceiros do setor, evitando impor ações que dificilmente seriam cumpridas. Reconhece que não será possível eliminar totalmente as ilegalidades, dado que estas ocorrem em todos os setores económicos, mas afirmou que o plano de reestruturação está alinhado com estratégias e planos de ação em desenvolvimento, incluindo iniciativas da União Europeia para a monitorização e controlo da pesca.

Refere que persistem diferendos com a República relativamente às competências de fiscalização, apesar dos esforços de conciliação do Secretário de Estado e do Ministro. O Governo Regional tem apresentado propostas para assegurar o controlo e monitorização de todas as embarcações, de pequena, média e grande dimensão, ponderando três possíveis abordagens: adotar a plataforma comunitária da União Europeia, desenvolver um sistema nacional, ou criar um sistema interno gerido regionalmente, com custos que dependem de eventual financiamento do Estado ou da União Europeia.

Enfatiza que a concertação com o setor é contínua, incluindo a participação da Federação das Pescas, e reafirmou que se prevê uma melhoria significativa nos meios de fiscalização já a partir de 2028, com a implementação obrigatória do regulamento comunitário até 2027.

De seguida toma posse da palavra o Deputado José Paulo Sousa (CH) que coloca um conjunto de questões relacionadas com o plano de reestruturação do setor das pescas, nomeadamente sobre a diversificação das atividades, incluindo pesca turística, novas pescas e transformação local, questionando se estas medidas foram acompanhadas de análise de viabilidade económica e estudos de impacto socioeconómico ou se ainda se tratam de intenções gerais.

Indaga ainda se existe um prazo estimado para que os impactos positivos do plano — como a valorização do pescado, maior sustentabilidade e diversificação — venham a compensar eventuais perdas iniciais de rendimento. Por fim, e face às fragilidades estruturais identificadas, nomeadamente nos transportes inter- ilhas e para o continente, quis saber quais as medidas previstas pelo Governo Regional e quais as prioridades de investimento em infraestruturas, de modo a promover uma maior valorização do setor e capturar benefícios económicos adicionais.

Na resposta, o Secretário Regional do Mar e das Pescas explicou que o Governo Regional tem vindo a trabalhar ativamente na diversificação do setor, destaca exemplos em Rabo de Peixe e São Jorge,

onde armadores e pescadores, incluindo jovens, já estão a desenvolver iniciativas inovadoras e nichos de mercado, muitas vezes acompanhadas de formação profissional. Salienta que o processo de diversificação ocorre de forma natural e gradual, respeitando os limites impostos pela União Europeia sobre entradas, saídas e licenciamento de embarcações.

Esclarece que o objetivo do plano é ajustar a atividade às oportunidades de pesca e melhorar a sustentabilidade, não havendo intenção de excluir pescadores do setor. Destaca a importância de trabalhar com a ciência e com os dados da DRP para fundamentar decisões sobre a gestão da frota e das áreas de pesca.

No que respeita ao escoamento e valorização do pescado, o Secretário Regional reconhece que se trata de um problema antigo, condicionado por limitações nos transportes inter-ilhas e para o continente. O Governo está a explorar soluções através de tecnologia, desenvolvimento de clusters como o MARTEC e cooperação com empresas, procurando assegurar qualidade e acesso a mercados, com especial atenção às ilhas mais periféricas.

Quanto às infraestruturas, refere que estão em curso projetos de modernização dos portos e das lotas, abrangendo todas as ilhas, com o objetivo de incrementar significativamente a capacidade logística e de valorização do pescado até 2026, na medida das possibilidades orçamentais e regulamentares existentes.

Na réplica o Deputado João Paulo Sousa questiona o Secretário Regional sobre os critérios de licenciamento das embarcações, levantando a preocupação com armadores de idade avançada ou com recursos limitados, que possam não cumprir os requisitos estabelecidos pelo Governo para a manutenção da licença.

Solicita um esclarecimento detalhado e sério sobre as consequências para estes profissionais, nomeadamente se poderiam ficar excluídos do setor e sem meios de subsistência.

Na contrarréplica o secretário Regional esclarece que ninguém ficará excluído do processo de reestruturação. Reconhece, porém, que existem conflitos de acesso aos recursos entre embarcações de diferentes dimensões, usando o atum como exemplo, devido à disputa entre grandes e pequenas frotas por zonas de pesca, horários de operação e capacidade de armazenamento.

Sublinha que a resolução destes problemas não se fará por imposição, mas através de concertação com os armadores, procurando alternativas para aqueles que não se enquadram nos critérios gerais. Informa que já estão identificados alguns casos e que será iniciado um processo de diálogo individual para encontrar soluções adequadas.

Ainda nesta primeira ronda de inscrições, inscreve-se o Deputado José Ávila (PS) que salienta que os problemas de escoamento do pescado não se limitam às Flores e ao Corvo, mas também afetam a Graciosa, dando o exemplo de um empresário que, em agosto, teve de esperar dois dias para exportar uma pequena carga, evidenciando a dimensão do problema. Refere que a temática da reestruturação do setor não é nova, lembrando que já em 2012 o Grupo Parlamentar do Partido Socialista elaborou um relatório com recomendações sobre estas matérias, muitas das quais foram posteriormente executadas.

Recorda ainda o plano "Melhor Pesca, Mais Rendimento" (2015-2020) e a intervenção de 2016 para responder a uma crise de abundância, destaca que as medidas anteriores tiveram resultados positivos. No entanto, relativamente ao plano de reestruturação atualmente apresentado, aponta que entidades parceiras do setor, incluindo a APASA, sindicatos, Federação de Pescas e associações de comerciantes, manifestaram discordâncias e reservas.

Pergunta ao Secretário Regional se existe possibilidade de alterações ao plano, de forma a acomodar dúvidas e incertezas levantadas por estes parceiros, tanto na Comissão como na comunicação social.

Na resposta o Secretário Regional começa por reconhecer que o processo de reestruturação do setor da pesca tem uma longa trajetória, explicando que o Governo Regional consultou técnicos e dirigentes com experiência em planos anteriores para identificar sucessos, falhas e dificuldades, incorporando esse conhecimento na elaboração do plano atual. Esclarece que o Governo atua como parceiro no processo participativo, admitindo que cada entidade envolvida — sindicatos, APASA, Federação de Pescas ou associações de comerciantes — defende os seus interesses, o que pode gerar discordâncias pontuais, nomeadamente sobre problemas estruturais como o escoamento do pescado.

Sublinha que não existe uma solução pronta para todos os desafios logísticos, e que limitações de financiamento e capacidade operacional impedem a implementação imediata de certas medidas. Reforça que o Governo mantém abertura ao diálogo e à concertação, estando disponível para

acomodar propostas que sejam exequíveis, e que sempre clarifica, em sede participativa, quando uma medida não pode ser implementada. Destaca que, embora o prazo de 120 dias tenha sido curto para alcançar um consenso amplo, foi possível produzir o documento do plano, resultado de um trabalho participativo contínuo e estruturado.

Por fim, sublinha que o foco está na implementação realista e sustentada das ações, priorizando resultados concretos a longo prazo em vez de promessas imediatistas, reconhecendo a complexidade estrutural do setor.

Para terminar esta primeira ronda de inscrições, o Deputado António Lima (BE) inicia a sua intervenção referindo que, na sua perspetiva, o plano de reestruturação apresentado pelo Governo Regional ainda se encontra numa fase inicial de concretização. Identifica duas limitações principais: primeiro, a ausência ou insuficiência de um diagnóstico aprofundado do setor, incluindo dados atualizados, análises detalhadas sobre stocks, viabilidade económica e impacto social das medidas, aspetos que, idealmente, deveriam ter sido incorporados no plano, especialmente em articulação com o processo das áreas marinhas protegidas. Segundo, aponta que várias medidas, como o abate de embarcações, preveem a definição de critérios apenas após a aprovação do plano, o que mantém incerteza no setor quanto ao futuro e limita a clareza sobre os objetivos concretos do Governo Regional.

Coloca duas questões ao Secretário: a primeira, relativa ao calendário de implementação do plano, dado que muitas medidas carecem de metas concretas e de calendarização; a segunda, sobre o financiamento do plano, questionando se existe já uma estimativa do custo total das medidas e garantias de recursos financeiros para a sua execução, considerando que algumas implicam investimentos significativos.

Na resposta, o Secretário Regional esclarece que o plano de reestruturação do setor da pesca apresentado pelo Governo Regional é um documento definitivo, não um esboço inicial, e que o Governo se mantém disponível para discutir e ajustar medidas em concertação com os parceiros do setor durante a implementação das ações. Refuta a ideia de que não exista diagnóstico sobre o setor, afirmando que o Governo possui informação detalhada sobre os recursos pesqueiros e sobre o estado da frota, recolhida através de relatórios anuais exigidos pela União Europeia, e que todos os desequilíbrios são comunicados e acompanhados de planos de ação científicos.

Explica que o abate de embarcações segue critérios rigorosos definidos por regulamentos

comunitários, sendo um instrumento utilizado para manter o equilíbrio da frota e assegurar o acesso a apoios comunitários. Sobre o calendário e financiamento, indica que o plano tem vigência 2025-2030, mas poderá estender-se até 2032 devido à transição entre quadros comunitários e à necessidade de adequação a diferentes fontes de financiamento, incluindo o MAR2030, PRR, fundos de compensação das áreas marinhas protegidas e fundos ambientais.

Destaca que algumas ações, como investimentos em infraestruturas portuárias, são prioritárias para garantir execução dentro do próximo quadro financeiro. Salienta ainda a importância da governação multinível, envolvendo negociações com o Estado, União Europeia e eurodeputados, especialmente em matérias críticas como o sobrecusto, essencial para manter a competitividade do setor, e a definição do plano de ação e prioridades de financiamento.

Conclui sublinhando que, embora exista uma visão e caminho definidos, o Governo se mantém humilde e aberto ao diálogo contínuo com os parceiros, reconhecendo que a implementação enfrenta limitações práticas e financeiras.

Na réplica, o Deputado António Lima clarifica que não questionava o conhecimento do Governo sobre o setor, mas sim que o plano de reestruturação não apresenta um diagnóstico detalhado, considerando-o incipiente. Refere que o documento carece de caracterização pormenorizada da frota, dos pescadores, dos recursos e das capturas, desagregada por área geográfica e por espécie, salientando que uma atualização concentrada num único documento seria útil tanto para o setor como para a tomada de decisões políticas.

Coloca ainda uma questão adicional relacionada com a Lotaçor, destacando que, embora o plano mencione a empresa em várias ações, não define medidas específicas nem apresenta uma visão sobre o seu futuro. Sublinha que, face à possibilidade de privatização da Lotaçor anunciada pelo Governo Regional, existe incerteza sobre o papel desta empresa no futuro das pescas, questionando qual será o plano do Governo relativamente à sua integração no setor.

Na contrarréplica o Secretário Regional começa por agradecer a crítica sobre o enquadramento do resumo do plano, reconhecendo que, embora o setor conheça bem estas informações, a disponibilização de dados detalhados sobre a frota e o setor seria útil para quem não participa diariamente no processo. Afirma que essa informação está disponível e poderá ser rapidamente organizada e partilhada.

Relativamente à Lotaçor, esclarece que a empresa possui um plano de investimentos bem definido, enquadrado no Mar2030, e que o Governo Regional tem vindo a atribuir competências e suporte estratégico. Sublinha que a Lotaçor é um parceiro essencial da Secretaria Regional do Mar e das Pescas, sendo o objetivo reestruturar internamente a empresa, otimizar receitas, reduzir despesas e renovar infraestruturas, processo que se articula com a reestruturação do setor.

Sobre a privatização, afirma não ter informações sobre quais áreas poderão ser privatizadas, mas garantiu que, independentemente disso, a Lotaçor continuará a ser um parceiro do Governo Regional e que o processo de privatização não deverá interferir significativamente com o plano de renovação e reestruturação das lotas, cujas prioridades já foram definidas internamente de forma participativa.

Terminada a primeira ronda de inscrições, dá-se início à segunda ronda, tomando posse da palavra o Deputado João Paulo Sousa que coloca duas questões relativas ao plano de reestruturação do setor das pescas. Primeiro, questiona se existe algum estudo económico detalhado sobre todas as medidas do programa e se é possível apresentar uma estimativa do custo total da reestruturação, reconhecendo que a implementação será faseada e gradual. Em segundo lugar, indaga se há uma avaliação dos custos de transição da frota para alcançar maior eficiência energética e digitalização, considerando que os apoios comunitários para eficiência energética atualmente apenas cobrem motores elétricos.

O Deputado solicita ainda uma estimativa do investimento necessário por embarcação e do seu eventual impacto na rentabilidade das frotas.

Na resposta o Secretário Regional, esclarece que o Governo Regional dispõe atualmente de cerca de 40 milhões de euros para a reestruturação do setor das pescas, distribuídos entre 21 milhões do plano de investimentos do Mar2030, destinados à Lotaçor e às infraestruturas portuárias, 10 milhões do Fundo Ambiental e 10 milhões do fundo de compensação. Sublinha que estes financiamentos são interligados e contribuem para a execução do plano de reestruturação, incluindo medidas que não exigem investimento financeiro direto, como reorganização interna, governança, formação e legislação.

Explica que não existe um estudo económico detalhado por ação, mas que o orçamento disponível é considerado suficiente para as medidas que o Governo pretende implementar, sendo que ações

adicionais poderão ser integradas caso haja financiamento e acordo com parceiros, como aconteceu, por exemplo, na discussão sobre a paragem biológica do goraz.

Destaca ainda a importância de um consenso interpartidário e setorial, particularmente na execução legislativa, e sublinhou que até 2027-2029 será necessário consolidar o plano, assegurando clareza sobre os investimentos e as prioridades da reestruturação do setor. Comenta que a questão sobre a realização de um estudo socioeconómico detalhado, semelhante ao produzido pela Megapesca, é legítima e compreensível. Contudo, destaca que, apesar de existirem inquéritos socioeconómicos anuais há quase trinta anos, a falta de resposta por parte dos armadores e industriais do setor limita a obtenção de informação completa. Esclarece que o Governo Regional dispõe de um diagnóstico do setor, baseado nos indicadores definidos pela União Europeia, embora estes nem sempre correspondam plenamente às especificidades da Região Autónoma dos Açores.

Ressalva que uma análise socioeconómica adicional poderia ser realizada de forma relativamente rápida, mas que o diagnóstico atual já fornece uma visão geral do setor, considerando embarcações e rendimentos, dentro das limitações impostas pelos indicadores comunitários.

Inscrito nesta segunda ronda de questões, o Deputado Paulo Gomes questiona o Secretário Regional sobre a continuidade e eficácia das medidas de reestruturação anteriores do setor das pescas, referindo-se aos planos apresentados em 2012, 2015 e 2016. O Deputado manifesta dúvida sobre a afirmação de que o setor se encontra em abandono ou em situação crítica, questionando se o atual plano de reestruturação eliminou ou substituiu as medidas anteriormente implementadas.

Na resposta e sobre este assunto, o Secretário Regional esclarece que nenhuma medida dos planos de reestruturação anteriores foi eliminada. Sublinha que é mais útil aproveitar a experiência das pessoas que trabalharam nesses planos, analisando o que correu bem e o que correu menos bem, e procurar soluções proativas para o futuro, em vez de se concentrar nos erros passados.

Destaca que problemas como o escoamento do pescado continuam a ser desafios complexos, sem soluções fáceis. Reforça que o plano de reestruturação não é exclusivamente do Governo Regional, mas do setor, e que a participação ativa das associações, Federação, APASA, Associação de Comerciantes e conserveiros é essencial. Cada ator tem uma quota-parte de responsabilidade na implementação das medidas. Salienta que o Governo Regional está disponível para analisar e

apoiar propostas exequíveis apresentadas pelo setor, e que este é um momento crítico para organizar e estruturar o setor, aproveitando as oportunidades antes do fim dos apoios disponíveis.

Na réplica o Deputado Paulo Gomes reforça o entendimento de que o plano de reestruturação envolve todos os setores ligados à atividade das pescas, tendo todos sido ouvidos e dado o seu contributo e expressou ainda a esperança de que, no final, se consiga alcançar uma reestruturação equilibrada e benéfica para todo o setor, desde os pescadores até à comercialização e demais intervenientes.

Ainda nesta segunda ronda de inscritos, o Deputado Carlos Silva (PS) inicia a sua intervenção agradecendo as explicações prestadas e valorizando a postura do Deputado Paulo Gomes (PSD), ao centrar-se nos desafios atuais do setor das pescas, em especial aqueles acrescidos pelo alargamento das áreas marinhas protegidas, que implicará novos constrangimentos para os operadores. Destaca que, embora no passado tenha sido feito o possível, os desafios presentes exigem medidas adicionais, nomeadamente quanto à compensação dos pescadores e armadores pela limitação do acesso a certas áreas, que resultará inevitavelmente numa redução de rendimentos.

O Deputado salienta ainda a necessidade de incluir os comerciantes de pescado, parte significativa do setor, que manifestaram insatisfação por não terem sido contactados atempadamente pelo Governo Regional, entidade responsável pelo processo. Sublinha que a comunicação clara das medidas, incluindo o montante disponível para compensações financeiras, é essencial para evitar ilusões no setor.

Coloca duas questões centrais ao Secretário Regional: a primeira refere-se à metodologia de cálculo da compensação, nomeadamente se será baseada na média de faturação dos últimos anos ou se haverá uma redução gradual ao longo de três anos; a segunda questão relaciona-se com a possibilidade de linhas de crédito ou fundos de incentivo, para garantir tesouraria às empresas durante a implementação das medidas, considerando que a entrada em vigor do regime das áreas marinhas protegidas poderá provocar impactos imediatos na faturação.

Na resposta o Secretário Regional, afirma que as áreas marinhas protegidas representam tanto desafios quanto oportunidades para o setor das pescas. Considera que a redução de rendimento prevista a curto prazo poderá ser menor do que o estimado, com base na experiência de processos semelhantes em outras regiões, incluindo nos Açores. Salienta a importância dos processos

participativos, envolvendo entidades independentes como a Universidade dos Açores e a Universidade do Algarve, que analisam dados e discutem metodologias com o setor, enquanto o Governo atua apenas como mediador, buscando consensos e apresentando discordâncias quando necessário.

Quanto ao financiamento, explica que os 40 milhões de euros mencionados englobam 21 milhões do Mar2030 para infraestruturas, 10 milhões do Fundo Ambiental para compensações relacionadas com as áreas marinhas protegidas e 10 milhões do investimento da rampa, enfatizando que estas verbas são objetivamente disponíveis e executáveis.

Relativamente às linhas de crédito, afirma que não é possível garantir a sua implementação imediata, mas que a reestruturação do setor prevê a abertura de mecanismos financeiros quando necessários. Destaca que o Governo espera implementar as compensações a partir de janeiro, com base em dados objetivos e na metodologia adotada pelo Fundo Ambiental, equilibrando custos de oportunidade e potenciais perdas de rendimento, mantendo a flexibilidade para analisar medidas adicionais, como linhas de crédito, caso surjam problemas mais graves de rentabilidade.

Na réplica o Deputado Carlos Silva agradece as explicações do Secretário Regional e destaca que a referência a 40 milhões de euros para a reestruturação do setor pode gerar expectativas irreais. Esclarece que, conforme explicado pelo Secretário, 20 milhões destinam-se a compensações financeiras e vinte e um milhões a infraestruturas e outras medidas, pelo que é essencial comunicar com clareza para não criar ilusões no setor.

O Deputado lamenta que a Associação de Comerciantes de Pescado não tenha sido consultada até ao momento, sublinhando que, apesar de o Governo Regional não ser o único interveniente, é o principal responsável e deve dialogar com todas as partes de forma transparente. Salienta que a reestruturação poderá gerar oportunidades, mas num primeiro momento implicará dificuldades e resistência, pelo que a clareza e transparência do Governo são fundamentais para a eficácia da implementação das áreas marinhas protegidas.

Conclui lembrando que restam apenas três meses para avançar, sendo crucial que o Governo mantenha abertura para ajustar medidas e continuar o diálogo com o setor, reconhecendo que o tempo disponível é limitado face à complexidade da matéria.

Na contrarréplica o Secretário Regional, esclarece que os comerciantes de pescado foram

efetivamente contatados, existindo reuniões e visitas já realizadas, incluindo às conserveiras, e que se iniciará em breve um processo de visita às principais empresas de comercialização para avaliar dificuldades, problemas de interpretação e perceções sobre a implementação das medidas. Refere que não se espera um impacto significativo na rentabilidade das empresas, embora reconheça que determinadas pescarias, como o palangre de profundidade, possam enfrentar desafios, compensados por oportunidades de diversificação e pela valorização de algumas espécies. Salienta que a reestruturação do setor não é exclusivamente do Governo, mas um processo participativo envolvendo todos os parceiros.

O Secretário Regional afirma que o Governo está disponível para ajustar medidas, desde que sejam apresentadas propostas objetivas, podendo recusar aquelas que não sejam exequíveis, e que se busque sempre consenso dentro do processo participativo. Admite que não foi possível realizar estudos detalhados de eficiência de pesca dentro e fora das áreas protegidas, mas com base na informação disponível, não se prevê um desastre no poder de captura nem grandes perdas no setor da comercialização. Garante que o Governo acompanhará atentamente o processo e intervirá para corrigir situações que possam prejudicar os parceiros.

O Deputado Carlos Silva faz uma interpolação para clarificar que a Associação de Comerciantes de Pescado não afirmou que não foi contactada, mas sim que estava à espera de informações e que desconhecia detalhes sobre as compensações a atribuir, frisando que se tratou de um esclarecimento para maior rigor e para evitar equívocos.

O Presidente da Comissão regista a interpolação do Deputado, e não havendo mais inscrições, declara encerrada a segunda ronda, e abre uma terceira ronda, e não havendo inscritos, encerra a audição ao Secretário Regional do Mar e das Pescas Mário Rui Pinho.

Da Audição do Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, ocorrida a 23 de setembro de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/76464469-dcd6-4b21-80e3-efd657263461

Em representação do Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, o Sr. Liberato Fernandes marca presença na presente audição. Inicia a sua intervenção propondo a análise conjunta do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº39/XIII, proposto pelo Bloco de Esquerda, relativo a mecanismo de compensação financeira aos pescadores da Região Autónoma dos Açores, pela potencial quebra nas capturas resultantes da nova Rede de Áreas Marinhas

Protegidas, e a Proposta de Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025 a 2030, por entender que estão relacionadas.

O Sr. Liberato Fernandes refere que a proposta apresentada pelo BE é junho de 2025, e que o sindicato que representa a 12 de janeiro de 2024 teve a oportunidade de facultar à Assembleia Legislativa Regional, a todos os Partidos e ao governo um documento, a 12 de janeiro de 2024 no qual exponham a situação da pesca, chamando à atenção para o facto que desde 2010 até 2024 ter sido constante a perda de rendimentos, traduzido tanto no volume de capturas, como no volume de rendimentos, e que durante este mesmo período, os custos de exploração das embarcações tinham tido um aumento extraordinariamente elevado.

Continua a sua explanação fazendo referência à inflação, e dando o exemplo, de quando elaboraram esse documento, o acumulado da inflação registado entre 2010 e 2024 ultrapassava os 36%, somando cumulativamente as taxas de inflação ano a ano, após 2010, e em contrapartida, o valor da produção bruta da pesca em 2010 foi de 39.572.467 €, e em 2024 foi de 39.355.111,63 €, foi inferior ao ocorrido em 2010. O que demonstra uma tendência de quebra constante de rendimentos, havendo variações obvias que resultam sobretudo das alterações ocorridas nos índices de abundância da captura de atuns, mas que, por exemplo, nas espécies chamadas residentes, as quebras são uma constante apenas nas outras, que é existem variações.

O Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, chama à atenção para um problema, que os custos de exploração das embarcações no setor da pesca, que são prejudicados pelo facto do regime de segurança social ser diferente dos outros setores. É um regime especial quando ele foi fundado, em 1964, durante a Presidência de António Oliveira Salazar, e tinha uma característica, o pessoal descontava para o seguro e descontava para a segurança social. Para a segurança social era um valor teoricamente de 10% sobre o monte maior. Ora o seguro com as alterações legislativas foi-se modificando e, por exemplo, em 2024 havia muitas embarcações, e como o valor do seguro de acidentes pessoais é constante, portanto, não tem a ver com o seguro das embarcações, ele correspondia nalguns casos em valores superiores a 25% do valor bruto da pesca.

Reforçando que quando as outras despesas acumuladas que são retiradas do monte maior correspondem a outros 25%, o que significa que tem de haver uma transformação neste regime para diminuir os custos de exploração.

O Sr. Liberato Fernandes salienta que a proposta que o sindicato já fez no passado e que mantêm no presente é de integração, a exemplo que existe noutros países, do sistema de seguros no regime de segurança social, isto é, os pescadores pagariam mais 5% nesta pesca, que é predominante nos Açores, que é a pesca costeira, que é de 10% sobre o monte maior, excetuando o regime excecional, que é o da atividade que aplicam o sistema geral, mas que são um número muito reduzido de embarcações que são os atuneiros, as embarcações de maior porte, todas as outras a 10% sobre o monte maior. O Sindicato propõe que passasse a ser 15% e que incluísse o seguro.

Prossegue a sua intervenção fazendo referência a outra questão que é fundamental para o sindicato, e que entendem que pode ser resolvido com os apoios extraordinários concedidos pelo estabelecimento das áreas reservas marinhas protegidas, que era, a fixação de um regime que garantisse estabilidade dos rendimentos, por exemplo, peguemos no exemplo de este ano de 2024, entre janeiro e março, na pequena pesca, de reduzida autonomia, o nível de rendimentos médios mensais das soldadas em muitos casos, não ultrapassaram os 50 € por tripulantes, que é impressionante isso deveu-se a um Inverno extraordinariamente violento, que causou situações surpreendentes quanto ao valor do seguro, que não tem em conta a mobilidade do rendimento, como acontece com a segurança social.

O Sr. Liberato Fernandes explicita que o pessoal desconta 10% sobre o monte maior, se o rendimento for pouco, o desconto para a segurança social também é baixo, o mesmo não acontece quanto ao seguro, onde o cálculo é feito com base do salário mínimo regional vezes 14 meses, o que dita que o valor do seguro, seja em média superior a 700 € anuais, um valor cerca de 100 € inferior ao salário mínimo regional.

Reforçando que um setor que em geral nestes períodos do ano não aufere rendimentos iguais ao salário mínimo, no entanto para o seguro tem que pagar a devida importância, e como não pode ir para o mar sem seguro, isso até gera situações pouco transparentes, que é a tripulação de uma embarcação ser constituída por 4, 5 tripulantes e apenas 2 constam no rol da tripulação.

Que em caso de um sinistro grave, por exemplo, a morte de todos tripulantes só são contemplados os que se estiverem mencionados no rol do seguro, com a segurança social essa situação não ocorre, não havendo esse problema de agravamento. Portanto, este é um elemento que para o sindicato é fundamental que se tenha em conta.

Quanto ao que é proposto pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional nº39/XIII, proposto pelo Bloco de Esquerda, e relativamente ao financiamento, o Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, considera que existe um problema de base no RAMPA, e que antecede esta proposta do Bloco de Esquerda, como o sindicato teve oportunidade de o dizer em reunião tida com Senhor Deputado António Lima.

O que o sindicato considera é que existe um problema de fundo, que é a forma como está elaborada o RAMPA é extraordinariamente nociva para a pesca açoriana, dando o exemplo, dos Açores terem uma zona económica exclusiva extraordinariamente grande, que é mais de 50% de toda a zona económica exclusiva nacional, é mais do que a subzona continental e a subzona Madeira, isto quer dizer, que a zona dos Açores é superior ao conjunto das outras duas, e que o alargamento da jurisdição de Portugal sobre os fundos contíguos faz com que essa área mais que duplique, isto é, Portugal passa a ter uma Jurisdição sobre uma zona económica exclusiva, apesar de ainda se encontrar em apreciação, demais de 4 milhões de Km2, dos quais mais de 50% resultam da existência do arquipélago dos Açores.

O Sr. Liberato Fernandes refere que o sindicato é do entendimento que qualquer processo de reestruturação da frota tem que ter em conta esta realidade. Faz menção que a frota existente na Região é constituída em cerca de 90% por embarcações de pequena autonomia, que não têm possibilidades de exercer atividade nos bancos mais afastados, por exemplo, aqui à volta da ilha de São Miguel, os barcos da pesca local que até há 30, a 40 anos até se deslocavam e faziam pesca, normalmente no chamado baixo sul, que é aquele que se inicia a 12 milhas a sudoeste daqui da ilha de São Miguel ou a 70 milhas, que é que fica entre São Miguel e Santa Maria. Hoje, estas embarcações não podem sair das 6 milhas e o controlo é muito mais apertado porque todas as embarcações têm controlo eletrónico.

Ainda quanto ao que é proposto pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional nº39/XIII, proposto pelo Bloco de Esquerda, o Senhor Liberato Fernandes considera que o documento tem algumas falhas, pois hoje o sistema de fiscalização, é muito mais eficaz daquele que existia há 10, 15 anos atrás, pelo facto de existir a possibilidades de ser feita a vigilância a partir da Costa, nem é preciso haver embarque, e ser feita a vigilância através dos equipamentos eletrónicos que todas as embarcações, mesmo as de pesca local, são obrigadas a dispor.

Dando o sindicato o exemplo, nesse aspeto concreto e que pode servir a proposta do Bloco de Esquerda, que é a concordância com a necessidade de reconversão da frota, e inclusive

quantificando o número de embarcações ativas, que são inferiores a 500, e propõem o abate de cerca de 1/3 das embarcações, isso implica a locação de verbas para o abate dessas embarcações, estimando o sindicato um valor de 8.200.000 €.

O sindicato entende outro elemento importante ser considerado e quantificado, que é geralmente no abate às embarcações estão previstos valores para o abate da unidade, mas não é tido em conta que o abate que implica que gera atividades de desemprego, elemento que não tiveram condições de quantificar, até por haver uma dissonância entre os ativos que são referidos pelo INE e, por exemplo, os ativos que constam na apresentação desta proposta, verificaram que a frota ativa nos Açores e os ativos da pesca são de facto inferiores ao número que é apresentado neste documento.

O Sr. Liberato Fernandes afirma que o sindicato remeteu documentação em novembro de 2024 e em janeiro de 2025 sobre a sua posição sobre o setor, anterior à proposta do Bloco de Esquerda, e manifestou a disponibilidade de a remeter novamente a dita documentação. Referindo ainda que as propostas do sindicato foram objeto de discussão pública na qual, pelo menos os Deputados Gualberto Rita (PS) e Jaime Vieira (PSD), participaram numa reunião onde estas mesmas propostas foram lá feitas, inclusive com aprofundamento de natureza jurídica, uma vez que nós convidamos, neste caso, a assessora jurídica do sindicato para expor, do ponto de vista técnico, como é que isso era possível fazer, sobretudo a proposta de fusão dos seguros na segurança social. E que sabendo esta é uma questão que é nacional, colocámos a questão ao Senhor Secretário Regional do setor, tendo o mesmo chamada à atenção que a região não tem autonomia para legislar em matéria de segurança social, o que implica que isso tem de ser feito em Assembleia da República. Tendo sindicato enviado aos partidos da Assembleia da República, esperando que estas propostas sejam o objeto de discussão e aprovação.

Por fim, o Sr. Liberato Fernandes, refere que propostas do sindicato, representam, por exemplo, em termos de ganho de rendimento, um ganho superior a 10%, isto é, nas despesas da pesca de exploração a integração é 5% o aumento, a taxa de incidência sobre o valor bruto da primeira venda em lota , mas em contrapartida, em muitas embarcações, o seguro representa mais de 25%, portanto, é um ganho bastante significativo.

Terminada a intervenção inicial do Sr. Liberato Fernandes que foi conjunta, do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº39/XIII, proposto pelo Bloco de Esquerda, relativo a mecanismo de compensação financeira aos pescadores da Região Autónoma dos Açores, pela potencial quebra

nas capturas resultantes da nova Rede de Áreas Marinhas Protegidas, e a Proposta de Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025 a 2030.

O Presidente da Comissão abre a primeira ronda de inscrições, focada na proposta de Plano de reestruturação do setor das pescas na Região Autónoma dos Açores para o período de 2025 2030, não havendo inscritos deu por concluída esta audição ao Sr. Liberato Fernandes representante do Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores, referente ao Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025 a 2030.

CAPÍTULO IV

SÍNTESE DA POSIÇÃO

- **Do Partido Social Democrata (PSD):**

  Aprova o relatório.
- **Do Partido Socialista (PS):**

  Abstêm-se no relatório.
- **Do Partido CHEGA (CH):**

  Aprova o relatório.
- **Do Bloco de Esquerda (BE):**

  A Representação Parlamentar do BE, apesar de ter assento na comissão, mas não emitiu parecer por não ter estado presente na reunião.
- **Do Partido Popular Monárquico (PPM):**

  A Representação Parlamentar do PPM, apesar de ter assento na comissão sem direito a voto, foi auscultado, mas não emitiu parecer por não ter estado presente na reunião.
- **Da Iniciativa Liberal (IL)**

  A Representação Parlamentar da IL, apesar de ter assento na comissão sem direito a voto, foi auscultada, e emitiu parecer de **abstenção** relativamente ao relatório.

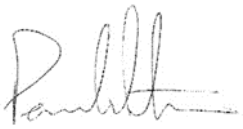
CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Economia deliberou, por **maioria** com votos a favor do **PSD** e com as abstenções do **PS e CHEGA,** pronunciar-se **favoravelmente**, relativamente à proposta do **"Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025-2030".**

Ponta Delgada, 2 de dezembro de 2025.

O Relator



Paulo Silveira

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PSD e CHEGA e a abstenção do PS.

O Presidente

Paulo Simões

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia
Paulo José da Cunha Simões
assuntosparlamentares@alra.pt

N/ . ref.: 139/2025

Data: 10 de julho de 2025

Assunto: Envio de parecer da ZERO sobre a Proposta de Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores (2025–2030).

Exmos. Senhores,

Na sequência da solicitação recebida, a ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável – remete, em anexo, o seu parecer escrito relativo à Proposta de Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2025–2030.

O parecer enviado resulta de uma análise detalhada ao documento em causa, reconhecendo enorme relevância nos seus avanços, identificando porém fragilidades e omissões que, no nosso entender, deverão ser objeto de atenção no processo de finalização e implementação do plano.

A ZERO sublinha o seu compromisso com uma transição justa e ambientalmente responsável no setor das pescas e manifesta total disponibilidade para colaborar com as entidades regionais no acompanhamento deste processo.

Agradecemos antecipadamente toda a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos,

Francisco Ferreira
Presidente, ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

Av. de Berna, 31 2°Dto
1050-038 Lisboa

zero@zero.ong
zero.ong

+351 965 087 046
NPC 513 762 000

zero.

parecer

Plano de Reestruturação do Setor das Pescas na Região Autónoma dos Açores (2025–2030)

No papel de organização não-governamental de ambiente comprometida com a conservação do oceano e com a promoção da sustentabilidade dos recursos naturais, a ZERO está igualmente consciente da precariedade estrutural que caracteriza o setor das pescas e da sua relevância social, cultural e económica para a Região Autónoma dos Açores. Assim, congratulamos o Governo Regional pela apresentação do Plano de Reestruturação do Setor das Pescas 2025–2030, tratando-se de um instrumento de extrema importância para apoiar a adaptação do setor a uma nova realidade ambiental e económica, através de uma estratégia que se pretende moderna, abrangente e capaz de responder aos múltiplos desafios que se colocam.

Valoriza-se o facto de o plano assumir de forma frontal os constrangimentos ecológicos, económicos e sociais que hoje afetam o setor, e que o faça propondo um quadro estratégico ambicioso, ancorado em princípios de sustentabilidade e numa abordagem de gestão baseada no ecossistema.

Importa, contudo, sublinhar que a eficácia desta reestruturação dependerá em larga medida do grau de compromisso político com a implementação das medidas mais estruturantes, da definição de metas concretas e vinculativas, e da capacidade de colmatar as lacunas ainda existentes.

Aspetos positivos e elementos a reforçar

- O plano revela uma **postura transparente na identificação da sobrexploração de determinados recursos pesqueiros nos Açores**, reconhecendo as pressões antropogénicas severas e crescentes que ameaçam a integridade ecológica dos ecossistemas marinhos da região. Este diagnóstico realista sustenta a ambição de proteger 30% da área marinha açoriana, em consonância com os compromissos políticos já assumidos, atribuindo à **conservação um papel central e estruturante** na estratégia de gestão delineada. Fica claro que os modelos de exploração atualmente em vigor se revelam insuficientes para garantir a renovação dos recursos, a resiliência ecológica e a viabilidade económica do setor a médio e longo prazo. Mais do que uma resposta corretiva, o plano assume a conservação como elemento fundador de toda a abordagem, alinhando-se com as melhores práticas de gestão baseada no ecossistema e com os objetivos internacionais

- O plano eleva a **cogestão a uma medida estratégica e define ações concretas para a sua implementação**, nomeadamente ao nível da criação de um enquadramento legal regional e da aplicação do modelo a pescarias específicas com relevância ecológica e socioeconómica, considerando-se esta uma das melhores práticas de governação pesqueira que contribui para a legitimidade das regras e para a eficácia da sua aplicação.

- A aposta na **ciência como base da decisão** é igualmente meritória. O documento propõe reforçar sistemas de monitorização das espécies, complementando com o incentivo à investigação aplicada direcionada às especificidades dos Açores. A criação de plataformas digitais integradoras de dados científicos visa consolidar informação fidedigna e acessível, o que é condição indispensável para implementar uma gestão adaptativa rigorosa e sustentada pela melhor evidência científica disponível.

- O **reforço substancial dos meios de vigilância e fiscalização**, combinando o aumento do efetivo humano com a implementação de tecnologias avançadas - nomeadamente a monitorização remota integral da frota pesqueira - constitui uma aposta absolutamente crítica num contexto nacional marcado por mecanismos

de fiscalização historicamente limitados. Estes mecanismos revelam-se insuficientes para enfrentar os desafios atuais, designadamente a expansão das Áreas Marinhas Protegidas e a adaptação do setor a novos regimes de gestão. Garantir um controlo eficaz é indispensável para assegurar o cumprimento rigoroso das normas, orientar as incertezas do setor e combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, promovendo a sustentabilidade e a confiança na gestão dos recursos marinhos.

- O plano reconhece a **importância da dimensão social**, propondo um conjunto de medidas destinadas à capacitação e valorização dos profissionais do setor. Em paralelo, inclui-se a revisão dos sistemas de reforma, assegurando uma transição socialmente equilibrada que dignifique os trabalhadores e responda às transformações estruturais do setor. O envolvimento ativo das comunidades locais e a promoção do diálogo social são elementos-chave para garantir a aceitação e o sucesso destas medidas, reforçando a coesão social e a sustentabilidade a longo prazo.

Fragilidades e áreas a melhorar

Apesar dos seus méritos, o plano contém ambiguidades e potenciais fragilidades que se revelam preocupantes:

Ambiguidade na redução da frota: A medida que aborda a cessação definitiva de atividades para ajustar o esforço de pesca aos níveis sustentáveis dos recursos, é central para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Contudo, a sua redação é excessivamente vaga, limitando-se a "*avaliar a possibilidade de implementar*" em vez de assumir compromissos claros e vinculativos com metas concretas e calendarizadas para a redução da capacidade de pesca. Na ausência de uma diminuição efetiva da pressão sobre os stocks vulneráveis, o risco de sobreexploração mantém-se, comprometendo a recuperação dos ecossistemas e a viabilidade futura do setor.

Risco da modernização tecnológica da frota: A medida que promove a modernização da frota com o objetivo de melhorar a eficiência energética, e assim reduzir as emissões de CO_2 associadas à atividade pesqueira, traduz uma meta ambiental bastante relevante que acarreta, porém, alguns riscos. O aumento da autonomia, da velocidade e da capacidade operacional das embarcações pode resultar num acréscimo do esforço de pesca que, sem mecanismos de controlo eficazes, tende a intensificar a pressão sobre os recursos marinhos e a comprometer os objetivos de sustentabilidade. Torna-se, por isso, imperativo que o plano condicione de forma explícita e vinculativa os apoios à modernização a uma redução paralela, comprovada e monitorizável do esforço de pesca global — uma ligação que, na formulação atual, não está suficientemente assegurada.

Carência de medidas concretas sobre frotas não regionais: O plano reconhece o impacto das frotas não regionais na ZEE dos Açores como uma ameaça relevante, mas não define qualquer medida específica além do reforço genérico da fiscalização. Esta omissão é particularmente sensível, pois coloca em causa a coerência e a equidade do próprio plano. A ausência de ações dirigidas a estas frotas pode gerar a perceção de que o esforço de adaptação recai de forma desproporcionada sobre o setor regional, enquanto operadores externos continuam a explorar os mesmos recursos com menor controlo e sem compromissos equivalentes. Esta assimetria não só fragiliza os objetivos de conservação e sustentabilidade, como compromete a aceitação social do plano. É, por isso, essencial que o impacto das frotas não regionais seja alvo de atenção reforçada, com medidas específicas que assegurem a equidade na distribuição de responsabilidades e o cumprimento efetivo das regras por todos os operadores que atuam na região.

Falta de clareza na definição de infrações: A medida que prevê a suspensão de apoios públicos em caso de "*infrações reiteradas*" é inegavelmente importante, mas revela-se pouco clara quanto à sua interpretação. É fundamental definir com precisão o número de infrações, a sua gravidade e o período em que devem ocorrer, uma vez que a indefinição atual dificulta a aplicação eficaz e justa da sanção. O plano deve estabelecer critérios objetivos e procedimentos claros para garantir transparência e credibilidade no processo.

Abordagem tímida às capturas acessórias não intencionais (*byctach*): O bycatch é um problema altamente representativo em Portugal, constituindo uma ineficiência estrutural da atividade pesqueira com impactos ecológicos severos sobre aves marinhas, cetáceos, tartarugas, tubarões e outras espécies vulneráveis. Além das implicações que traz em matéria de conservação, compromete igualmente a eficiência e a credibilidade do setor, colocando em causa a sua viabilidade económica e social a médio prazo. Num plano que visa precisamente apoiar a transição do setor para modelos mais sustentáveis, seria expectável uma abordagem mais assertiva ao problema. No entanto, este limita-se à recolha e análise de dados, protelando a definição de medidas para um momento posterior. O plano deveria prever desde já a obrigatoriedade de adoção de tecnologias comprovadas para reduzir as capturas acessórias de espécies sensíveis e definir um roteiro claro para a implementação de sistemas de monitorização eletrónica remota (*Vessel Monitoring System - VMS*), fundamentais para assegurar o cumprimento da obrigação de descarga e reforçar a confiança no regime de gestão.

Garantias insuficientes para uma transição justa: Do ponto de vista do financiamento, o plano aponta diversas fontes possíveis (Orçamento da Região Autónoma dos Açores, MAR 2030, PRR, Fundo Ambiental, entre outras), mas não apresenta orçamentação detalhada por medida ou eixo de ação, dificultando a aferição da viabilidade da execução. Acresce que o documento não indica valores concretos, número de operadores afetados nem critérios de elegibilidade, o que impede uma avaliação realista da suficiência desta medida.

Conclusão e recomendações

A ZERO reconhece que o Plano de Reestruturação do Setor das Pescas da Região Autónoma dos Açores para 2025–2030 é um documento estratégico de elevada qualidade, com o potencial de posicionar os Açores como referência internacional em sustentabilidade pesqueira. No entanto, identifica fragilidades significativas, nomeadamente a ausência de compromissos claros, metas vinculativas e um detalhamento insuficiente dos mecanismos de financiamento e fiscalização, fatores que poderão comprometer a eficácia do plano.

Neste sentido, recomendamos:

- Converter a proposta relativa à cessação definitiva das atividades de pesca num compromisso político claro, com metas concretas e calendarizadas para a redução da frota e do esforço de pesca, fundamentadas na melhor ciência disponível;
- Condicionar a modernização da frota à demonstração inequívoca de que não ocorrerá aumento do esforço de pesca, através de indicadores claros, verificáveis e monitorizáveis;
- Detalhar os mecanismos de transição justa, assegurando orçamentação concreta e abrangendo toda a cadeia de valor do setor, incluindo a indústria conserveira;
- Tornar obrigatórias as medidas de mitigação das capturas acessórias não intencionais (*bycatch*) e estabelecer um plano faseado para a instalação de sistemas de monitorização eletrónica remota com câmaras;
- Definir juridicamente o conceito de “infrações reiteradas”, estabelecendo critérios objetivos e metas para o reforço da fiscalização;
- Apresentar um quadro financeiro detalhado, com orçamentação por medida ou eixo estratégico, para garantir a viabilidade da execução;
- Incluir ações específicas para mitigar o impacto das frotas não regionais na Zona Económica Exclusiva dos Açores, assegurando a equidade e coerência do plano.

A ZERO entende que a integração efetiva das organizações não governamentais nas estruturas de cogestão e no acompanhamento dos planos deve tornar-se uma prática regular, contribuindo para maior transparência, representatividade, rigor e envolvimento da sociedade civil. Manifesta, por isso, a sua total disponibilidade para colaborar com as entidades regionais na concretização das medidas previstas e no acompanhamento da execução do plano, contribuindo para uma transição justa, eficaz e ambientalmente responsável do setor das pescas nos Açores.

10 de julho de 2025
A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável

APAS - Associação de Produtores de Amêijoa da Fajã de Santo Cristo
Exploração sustentável de amêijoas e monitorização ambiental
Fajã da Caldeira do Santo Cristo
Ribeira Seca 9850 – 205
Apartado 1454
Nº identificação Fiscal: 509 368 034
[redacted]

Ofício nº 25AL – 10 de julho de 2025

Exma. Senhores da Comissão Especializada Permanente de Economia

Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ESCRITO SOBRE A PROPOSTA DE PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DAS PESCAS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, PARA O PERÍODO DE 2025-2030

Considerando que a realidade da apanha da amêijoa da Fajã de Santo Cristo é muito distinta do resto das pescarias, vimos assim dar o nosso parecer em relação a medidas concretas mencionadas no referido plano.

Em específico, relativamente à medida M1.05 - Promover processos de cogestão das pescarias:

A medida O1.M1.05 pode ser significativamente fortalecida através de um maior foco estratégico, inclusão representativa e mecanismos mais robustos de monitorização. Seria uma mais valia a subdivisão da medida por pescaria (por exemplo, tunídeos, chicharro, amêijoas, lapas), permitindo uma abordagem mais direcionada e adaptada às realidades contextuais. Além disso, é essencial garantir uma participação equitativa nos grupos de cogestão, incluindo representantes de pequenos pescadores, mulheres e jovens, bem como investir na formação dos participantes sobre cogestão e literacia ecológica e financeira, para que possam contribuir de forma informada.

A monitorização também pode ser melhorada com a definição de metas claras e indicadores qualitativos que avaliem, por exemplo, a confiança dos pescadores no processo e a perceção de equidade nas decisões, pois os problemas que se fazem sentir são maioritariamente sociais e transversais ao setor da pesca. Para garantir a transparência dos processos, uma sugestão seria que os grupos publiquem relatórios

anuais com as decisões e propostas apresentadas, acessíveis online a todas as partes interessadas, especialmente à partilha com as comunidades envolvidas que muito contribuem para o sucesso indireto das medidas decididas durante o processo. A incorporação de uma componente de avaliação contínua, com revisões periódicas dos planos de cogestão baseadas em resultados e feedback dos participantes, iria promover uma aprendizagem contínua e adaptativa.

Por fim, é importante articular os grupos de cogestão com a gestão das Áreas Marinhas Protegidas (costeiras ou não), especialmente em zonas ecologicamente sensíveis ou sob elevada pressão, como a Fajã de Santo Cristo. Ao integrar os pescadores/apanhadores na gestão colaborativa destas áreas, reforça-se a eficácia da conservação e a corresponsabilização de todos os envolvidos. Estas melhorias visam tornar a cogestão mais eficaz, legítima e alinhada com os princípios de sustentabilidade ambiental, económica e social.

Em específico, relativamente à medida M1.06 - Rever os critérios para a atribuição, renovação e/ou retirada de licenças:

A medida M1.06 pode ser fortalecida através da clarificação dos seus objetivos, consolidando os critérios técnicos num só enunciado claro e objetivo.

Deve ser dada maior ênfase à justiça social, com a inclusão de mecanismos que favoreçam a entrada de jovens pescadores/apanhadores, promovam a equidade de género, especialmente em modo de subsistência e valorizem e corresponsabilização às práticas sustentáveis e seletivas, adaptadas a cada pescaria como é o caso da apanha da amêijoa. A participação dos atores do setor pode ser reforçada através da definição explícita de metodologias de consulta pública.

Relativamente à sustentabilidade ecológica, recomenda-se que os novos critérios considerem a pressão sobre os recursos e integrem os objetivos do ordenamento do espaço marítimo e da conservação das áreas sensíveis como é o caso da Fajã de Santo Cristo.

Os indicadores de avaliação devem ser mais robustos e orientados para o impacto, incluindo não apenas números de licenças atribuídas ou inspeções realizadas, mas também melhorias efetivas nas condições sanitárias, redução de infrações, e inclusão de

novos profissionais.

Por fim, sugere-se a criação de uma ação adicional para apoiar tecnicamente e financeiramente quem necessite de se adaptar às novas exigências, especialmente as de reporte eletrónico garantindo que a transição para um sistema de licenciamento mais rigoroso seja justa e exequível para todos que seja facilmente inspecionável.

Disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos.

Agradecidos pela consideração,

José dos Santos Borges
Presidente da Direção
[redacted]
apasstocristo@gmail.com